

PNVA

PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO

**SOB A ÓTICA DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DO BRASIL**



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO**



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO**

EXPEDIENTE

Presidente | João Alberto Paixão Lages [CeasaMinas]

Vice Presidente | Mário Maurici de Lima Morais [Ceagesp]

Vice Presidente | Romero Fittipaldi Pontual [Ceasa-PE]

Vice Presidente | Paulo Sérgio Brana Muniz [Ceasa Rio Branco-AC]

Diretor Norte/Nordeste | Marco Aurélio Casé [Ceaca-PE]

Vice-Diretor Norte/Nordeste | José Tavares Sobrinho [EMPASA-PB]

Diretor Sudeste/Centro-Oeste | Sérgio Luiz Juliano [Ceasa Campinas-SP]

Vice-Diretor Sudeste/Centro-Oeste | Leonardo Penna de Lima Brandão [Ceasa-RJ]

Diretor Sul | Nestor Pistorello [Ceasa Caxias do Sul-RS]

Vice-Diretor Sul | Ari João Martendal [Ceasa-SC]

Secretário Executivo | José Amaro Guimarães Moreira

Vice-Presidente FLAMA | Antônio Reginaldo Costa Moreira [Ceasa-CE]

Conselho Fiscal Titular

Júlio César Menegoto [Ceasa-DF]

Luiz Carlos Prezoti Rocha [Ceasa-ES]

Reub Celestino [EBAL-BA]

Conselho Fiscal Suplente

Rodrigo Soares Gaia [Ideral-AL]

Raimundo Fernandes da Silva [Ceasa Paulo Afonso-BA]

Francisco de Moura Mendonça [Ceasa Patos de Minas-MG]



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO**

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESSE TRABALHO:

Autores e co-autores:

Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha, Anita Souza Dias Gutierrez, Fabiana Maria Costa, Gerson Madruga, Gina Matilla, Graça Mello, Gustavo Almeida, Paulo de Tarso, Jeane Lau Assis da Matta Machado, José Bismarck Campos, Nilton Araújo Silva Junior, Paulo Sérgio Braña Munis, Ronan Siúves, Roberto Marques da Silva, Rosimar dos Santos Musser, Rosinéia Veloso, Sérgio Aparecido Rodrigues Pereira, Sérgio Baima, Sérgio Luiz Juliano, Tarcísio Fernandes e Wilson Guide.

Colaboradores:

Anibal Teixeira Pontes, Antônio Carlos de Macedo, Antônio Carlos dos Santos Rodrigues, Arcênio Jobim, Candice Mello Romero Santos, Cláudio Fernandes, Diracy Betânia Cavalcanti Lemos Lacerda, Edilberto Silva, Giovani Matozinhos, Ivens Roberto de Araújo Mourão, Jorge Lúcio, Júlio Mourthé, Jusmar Chaves, Luiz Augusto Peres, Valdemir Rebelo e Vinícius Mattiello.

Ceasas e demais entidades:

Ceasa-AC, Ideral-AL, Ebal-BA, Mercado Produtor Juazeiro-BA, Ceasa Paulo Afonso-BA, Ceasa-CE, Ceasa-DF, Ceasa-ES, Ceasa-GO, Ceasa-MS, Ceasa-MA, CeasaMinas-MG, Ceasa Patos de Minas-MG, Ceasa-PA, Ceasa-PB, Ceasa-PR, Ceasa-PE, Ceasa-PE, Ceasa Garanhuns-PE, Ceasa-PI, Ceasa-RN, Ceasa-RS, Ceasa Serra-RS, Ceasa-RJ, Ceasa-SC, Ceagesp-SP, Ceasa Campinas-SP, Craisa-SP, Ceasa-SE, Ceasa-TO, Ferbras, Conab, FAO-Chile, Abracen e Universidade Federal de Pernambuco.

PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Na década de 1950, o mercado de hortigranjeiros no Brasil era disperso, fragmentado e desorganizado. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras discussões sobre a formação de um sistema brasileiro de abastecimento. A estrutura institucional das centrais de abastecimento brasileiras tem origem na década de 1960, com a criação de um grupo de trabalho para formular programas de estímulo e financiamento para o setor. Em 1962, foi criada a primeira central de abastecimento brasileira, em Pernambuco.

Nesse período, as centrais de abastecimento foram criadas com o objetivo de melhorar o sistema nacional de abastecimento por meio da institucionalização dos mercados regionais e do aumento da produtividade e da estrutura de distribuição. Com a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), na década de 1970, foram estabelecidas normas de comercialização, informações de mercado e incentivo à produção para o segmento hortigranjeiro no Brasil.

A década de 1980, no entanto, representou a retirada do governo federal do cenário de abastecimento de hortigranjeiros. O SINAC foi desagregado e o controle acionário das centrais de abastecimento foi transferido para os respectivos governos estaduais e municipais, trazendo inúmeros prejuízos ao abastecimento alimentar do país. As centrais de abastecimento brasileiras são, hoje, empresas constituídas nos mais diversos modelos societários.

Dessa situação, decorre o fato de que predominam iniciativas isoladas, a despeito da ação da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) no sentido de unir as centrais do país. O diagnóstico apresentado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em 2009, revela que os 72 entrepostos públicos brasileiros ocupam uma área total de mais de 13 milhões de metros quadrados. Nesse espaço, estão instaladas 11 mil empresas e 22 mil produtores rurais. Em 2011 foram comercializados 18 milhões de toneladas no atacado de frutas, legumes e verduras, totalizando R\$ 21 bilhões, o que representa parcela muito significativa do volume total comercializado.

Apesar dos números expressivos, o Brasil carece de um órgão capaz de articular as ações das centrais de abastecimento e criar uma diretriz macro estratégica para o abastecimento nacional. Essa necessidade é o embrião do Plano Nacional de Abastecimento (PNA), apresentado neste documento, que encerra um conjunto de propostas de ações governamentais a serem adotadas, visando a promoção e o desenvolvimento do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional no país.

Para isso, uma das propostas é a criação da Secretaria Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O novo órgão será responsável por gerir a Política Nacional de Abastecimento, estabelecendo planos estratégicos, diretrizes, ações, metas e investimentos essenciais para a modernização do setor. As centrais de abastecimento atuarão como parceiras do processo, sendo a elas atribuídos direitos e deveres. A secretaria irá atuar em parceria com

o Programa Brasileiro de Modernizado do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), também vinculado ao MAPA.

A ausência desse elo organizador, associada à complexidade da cadeia de produção e de distribuição dos produtos hortícolas frescos, gera um processo de comercialização extremamente complicado e gerador de grandes conflitos, entre eles, a falta de confiança. Neste contexto, a adoção de uma linguagem comum de qualidade, baseada em normas de classificação e rastreabilidade, surge como solução para o aumento da transparência e da confiabilidade na comercialização.

As normas de classificação hoje utilizadas são regionais, ou seja, cada mercado atacadista utiliza as suas. Uma equiparação nacional dos principais atributos de qualidade das frutas, legumes e verduras criará uma linguagem única e permitirá a melhoria na apresentação comercial dos produtos, incrementando as transações comerciais, facilitando a distribuição e minimizando perdas e desperdícios.

Nesse sentido, também é proposta a produção de um Guia de Boas Práticas (GBP), por meio do qual os usuários dos entrepostos – incluindo seus administradores – serão orientados a fim de fornecer um alimento seguro ao consumidor final. Com a elaboração desse manual, espera-se, entre outros objetivos, criar um selo de qualidade para as centrais de abastecimento, aumentar a confiança da sociedade e elevar o número de clientes e produtores.

Outra ação cujo objetivo também é a promoção da qualidade do produto é a adequação de embalagens no comércio de hortigranjeiros e o surgimento dos bancos de caixas, em atendimento à Instrução Normativa nº 9, do Mapa, Anvisa e Inmetro. O uso de embalagens inadequadas é apontado como responsável por 50% das perdas em toda a cadeia de produção. Embora algumas centrais de abastecimento já tenham, isoladamente, tomado iniciativas nesse sentido, o Plano Nacional de Abastecimento propõe que o tema seja tratado em âmbito nacional.

O aperfeiçoamento dos processos de controle de qualidade, rastreabilidade e diminuição das perdas também será conquistado por meio da criação de um serviço nacional de assistência técnica. Essa assistência surge para garantir a competitividade aos produtores familiares, que precisam se profissionalizar para atender aos novos patamares de qualidade, por meio de ações de capacitação voltadas para o pós-colheita, o acondicionamento, o transporte e da valorização dos circuitos locais e regionais de produção, entre outras.

A redução das perdas contribuirá para a promoção da segurança alimentar e nutricional – outro item contemplado no projeto do PNA. Apesar das conquistas do Brasil Sem Miséria, muitos brasileiros ainda não têm acesso aos gêneros de primeira necessidade. As centrais de abastecimento poderão atuar, neste cenário, como sujeitos no combate à fome e na promoção da educação alimentar, por meio da implantação de Bancos de Alimentos dentro das suas dependências.

A educação nutricional é, inclusive, parte do Plano Nacional de Abastecimento. Por meio dela, além de garantir alimento em quantidade suficiente, pretende-se incentivar o acesso regular e

permanente a alimento com qualidade suficiente. Hoje, problemas de saúde derivados da má alimentação, como a obesidade, são uma realidade entre os brasileiros. É preciso adotar novas estratégias para a promoção da alimentação saudável. As centrais de abastecimento constituem-se, neste cenário, em equipamentos públicos importantes.

A situação atual das centrais de abastecimento exige, com grande urgência, um programa nacional de reestruturação da infraestrutura e da gestão, possível com a implantação de um Programa de Recuperação das Centrais de Abastecimento (RECEASA), que financiará a transformação dos entrepostos em centros eficientes de consolidação e distribuição dos produtos, e em centros de informação, desenvolvimento, capacitação, controle de qualidade e de apoio ao pequeno produtor, ao pequeno varejo e ao pequeno serviço de alimentação, com isso eliminando ou diminuindo as atuais distorções em favor dos grandes e favorecendo a concorrência leal. O RECEASA permitirá o desenvolvimento de ações estruturantes como a diversificação dos mercados atacadistas, através da inserção de novos segmentos, e a criação de um marco regulatório que atenderá às exigências legais da atividade.

Essa recuperação requer a evolução da estrutura física das centrais de abastecimento, degradada pela falta de manutenção ao longo dos anos. É importante perceber que os mercados foram construídos para atender às demandas existentes na década de 1960. São necessários, portanto, novos investimentos e ações para atender à nova realidade, que exige, por exemplo, revitalização da movimentação viária, da cadeira de frio e da eficiência energética. As ceasas precisam se transformar em centros de comércio justo, com a adoção de um código comercial interno que estabeleça os direitos e responsabilidades de cada agente, da produção ao consumo, que ofereça um sistema de arbitragem rápida para a solução de atritos comerciais e um cadastro de agentes de produção e de comercialização confiáveis.

O PNA também propõe a revitalização dos mercados municipais e feiras livres, uma vez que constituem em importantes canais de comercialização para o produtor, que terá a possibilidade de melhorar sua renda, e para o consumidor, que encontrará produtos de mais qualidade e preços mais acessíveis.

Para o PNA, a informação é uma ferramenta valiosa. Uma das ações nesse sentido será a criação de um modelo de rastreamento da produção para uso nacional, baseado em codificação. A rastreabilidade fornece informações sobre todo o ciclo de vida dos produtos alimentares e é uma ferramenta importante para a promoção da qualidade dos produtos, obtenção de vantagens comerciais e ampliação do mercado, incluindo o internacional. Para gerenciar essas informações, será criado o Cadastramento Nacional de Produtores.

O Plano de Abastecimento Alimentar propõe, ainda, o desenvolvimento do Índice Geral de Preços de Hortigranjeiros no âmbito do mercado atacadista: o IGP-HORT BRASIL, com metodologia que poderá ser replicada em todos os entrepostos do país. Com a divulgação da variação média dos preços específicos do setor, produtores e comerciantes terão em mãos informações mercadológicas estratégicas para a condução dos seus negócios.

As centrais de abastecimento também necessitam de uma publicação nacional que demonstre o papel desempenhado por elas no apoio à logística de comercialização. Assim, a existência de uma conjuntura econômica ajudará a identificar os possíveis entraves capazes de interferir na qualidade e nos preços dos produtos. Esse diagnóstico subsidiará o governo federal na implementação de políticas públicas com o objetivo de organizar e equilibrar o sistema de abastecimento brasileiro.

Ainda na área da informação, o PNA propõe a adoção do Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil (SIMAB) por todas as centrais de abastecimento do país. O sistema, que integra o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT) da CONAB, registra as operações comerciais dos produtos e facilita o entendimento do mercado, já que é capaz de fornecer informações sobre preços, origens, faltas, excedentes etc.

No entanto, não basta produzir a informação, se ela não chega ao público de interesse. Por esse motivo, o PNA sugere o desenvolvimento de meios de acesso do produtor a esses conteúdos, aproveitando o cenário favorável da tecnologia de informação do Brasil. Além da queda no custo dos instrumentais tecnológicos, há um aumento no número de usuários. No país, são cerca de 41 milhões de usuários ativos de internet e mais de 202 milhões de linhas de celular – tecnologias que já chegaram ao campo.

O PNA também entende que a cooperação técnica com outros países é importante para a modernização dos mercados atacadistas brasileiros. Esses países encontraram soluções para problemas comuns do setor e poderão servir de modelo para o Brasil.

Além de informação, o PNA também quer compartilhar conhecimento e propõe a criação de um órgão para operacionalizar a Universidade Corporativa do Sistema de Centrais de Abastecimento (UNICEASAS), cujo objetivo será oferecer treinamentos e cursos técnicos específicos para os agentes e colaboradores do setor. Com a UNICEASAS, será possível impor conteúdos e práticas mais conectadas às necessidades do abastecimento, otimizando as estratégias organizacionais das centrais de abastecimento e demais entidades e empresas do ramo.

O PNA também dá atenção à relação entre o abastecimento alimentar e o meio ambiente. As atividades de comercialização e a grande concentração de pessoas nas centrais de abastecimento geram resíduos sólidos e efluentes, que podem provocar problemas ambientais, se mal trabalhados. Por isso, este documento sugere a adoção de uma gestão ambiental pelos mercados atacadistas que leve a práticas sustentáveis. Mais do que isso, é importante que as medidas adotadas individualmente

sejam compartilhadas entre esses mercados, no sentido de integrar as estratégias.

As ceasas, pessoas jurídicas de direito público, privado ou de economia mista, devem atender estritamente às leis e suas regulamentações em todas as esferas de governo, incluindo neste âmbito as Instruções Normativas e as Portarias Interministeriais naquilo que dizem respeito às boas práticas de segurança alimentar, manejo de resíduos, contratações e outros itens inerentes à sua rotina. Por outro lado, a PNA poderá valer-se de toda essa matéria escrita e publicada para buscar atalhos em suas proposições de condutas às ceasas, estabelecendo um diálogo pró-ativo com outras Políticas Nacionais existentes e encontrar soluções ágeis na gestão de temas preciosos ao bom funcionamento das centrais, como contratações de serviços por concessões ou Parcerias Público Privadas, uma vez que todos os temas elencados pressupõem investimentos.

Como se vê, o conceito de abastecimento alimentar vai além da ideia de levar alimentos à população. Com a atuação harmônica das centrais de abastecimento e demais órgãos e entidades, o Plano Nacional de Abastecimento será capaz também de promover o desenvolvimento do campo, a proteção ambiental, a conquista de novos mercados, a educação e segurança alimentares e nutricionais. Para fortalecer o PNA, é fundamental a retirada das ceasas federais do Programa Nacional de Desestatização (PND), uma vez que elas serão agentes importantes no desenvolvimento das ações propostas neste projeto. Tudo isso contribuirá para o bem estar de toda a sociedade.

Este documento é fruto do acúmulo de experiências das centrais de abastecimento brasileiras, com apoio da CONAB e da FAO. Agradeço a todos que participaram e aos técnicos que contribuíram na construção deste projeto.

Boa leitura!

João Alberto Paixão Lages

Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais
(CeasaMinas)



A REESTRUTURAÇÃO
DA CONCEPÇÃO
SISTÊMICA DO
ABASTECIMENTO
ALIMENTAR NO BRASIL

REESTRUTURAÇÃO DA CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL

1 – Introdução: Histórico e contexto nacional e internacional

A estrutura e o modelo atual das ceasas estão fortemente associados à herança do *Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento* (SINAC), modelo político e organizacional adotado na década de 1970 para coordenar o desenvolvimento e a organização da comercialização de alimentos hortigranjeiros no Brasil e que perdurou entre 1972 e 1988.

A concepção sistêmica da estrutura de abastecimento atacadista brasileiro no SINAC foi referenciada nos sistemas nacionais de abastecimento alimentar europeus, como os “mercados de interesse nacional” franceses (MIN) e a rede de mercados do sistema espanhol, gerenciados pela empresa estatal *Mercados Centrales de Abastecimento S/A* (Mercasa).

O SINAC foi concebido em um contexto institucional bem específico, tanto no que se refere ao panorama internacional como nacional. Em termos internacionais, principalmente na Europa, consolidava-se um processo de modernização dos mercados tradicionais com a implantação de estruturas logísticas de grande e médio porte.

Muito mais do que um programa de investimento em infraestrutura, o SINAC estabelecia uma lógica sistêmica, um *modus operandi* e uma estrutura burocrática e organizacional que regulamentaria a comercialização atacadista de alimentos no Brasil.

O sistema brasileiro, articulado pela participação acionária do governo federal com os estados, pressupunha uma hierarquia funcional, estabelecida pela relação entre as centrais de abastecimento e os “mercados satélites”, com atuação geograficamente delimitada e cuja coordenação pressupunha manter um serviço setorial de informação de mercado e de padronização e classificação dos produtos a serem comercializados nas centrais.

Consoante com o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, o SINAC definiu e impôs padrões e normas técnicas na ausência de um padrão estruturado de mercado. Estabeleceu normas de embalagens, informações de mercado, técnicas de produção e formatos organizacionais que deveriam ser implementados e conduzidos pelas centrais de abastecimento, com uma ambiciosa missão de integração dos padrões da base produtiva até a regulação do varejo.

O documento básico de implantação do SINAC estabelecia oito objetivos para o programa: 1) reduzir os custos diretos de comercialização em nível de atacado; 2) reduzir os custos indiretos das organizações que operam no comércio atacadista de distribuição (economias de escala); 3) melhorar a

qualidade dos produtos alimentícios e intensificação dos serviços de classificação e padronização; 4) propiciar condições para ampliação e difusão do sistema de informações de mercado agrícola; 5) reduzir os custos de comercialização do comércio varejista de gêneros alimentícios e a implantação de supermercados, auto-serviços e mercados satélites; 6) reduzir a flutuação da oferta de produtos agrícolas; 7) aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços e elevar o nível de renda dos empresários agrícolas e 8) eliminar gradativamente os problemas urbanísticos (principalmente de trânsito e das condições higiênico-sanitárias) decorrentes do sistema de feiras livres.

Seus objetivos eram essencialmente de ganho sistêmico e visavam capacitação tecnológica e organizacional, melhor inserção no ambiente organizacional, redução da assimetria informacional, além do esforço na redução dos custos de produção e aumento da renda agrícola para os produtores. Para os consumidores, as vantagens não estariam resumidas a melhores preços, mas também a ganhos de qualidade, mais variedades, frequência estável dos produtos nas gôndolas e informação. Em relação à esfera governamental, as vantagens previstas nos documentos oficiais evidenciavam a intenção de tornar as centrais de abastecimento um espaço privilegiado para implantação de políticas públicas setoriais de forma regulada.

Na segunda metade dos anos 1980 a crise financeira e gerencial do sistema deflagrou o processo de extinção do SINAC, culminando com a transferência do controle acionário das Ceasas para os estados e municípios.

2. Caracterização do problema

Embora desarticuladas e sem uma diretriz macroestratégica, as centrais de abastecimento brasileiras mantiveram em boa medida uma parte das funções necessárias para alimentar um sistema nacional de informações sobre a comercialização de produtos hortigranjeiros.

É neste contexto que surge, em 2005, o Prohort, como a busca de uma nova forma de coordenação de um sistema descentralizado com grande amplitude nacional através da cooperação voluntária entre as Ceasas participantes sob a coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab.

No entanto, observa-se que, a despeito dos esforços do Prohort, as centrais de abastecimento pós SINAC carecem de macrodiretrizes estratégicas que possam articular ações que não podem ser resolvidas apenas no âmbito de regulamentação isolada de cada central de abastecimento.

Questões essenciais para o abastecimento alimentar nacional e que afetam a qualidade, o preço e a produção e comercialização sustentável de alimentos, o consumo alimentar e a criação de oportunidades incluídas de desenvolvimento regional devem ser tratadas em âmbito nacional.

Estamos falando de modernização das embalagens, padrões sanitários, uso racional de defensivos agrícolas e de recursos naturais, mecanismos de crédito e assistência técnica focalizados para produtores hortícolas, rotulagem, classificação, infraestrutura de logística (transporte multimodal, infraestrutura física, energética e de uso da água), possibilidade de inclusão produtiva e comercial de pequenos produtores e comerciantes, estímulo ao consumo de produtos hortícolas e educação alimentar, redução do desperdício, criação de oportunidades para o desenvolvimento regional e especialização ou diversificação produtiva, tanto para nichos de mercado de produtos típicos quanto para exportação e potencialização das diversas gastronomias regionais com produtos típicos.

Estas dimensões exigem ações articuladas em nível governamental, dado seu caráter sistêmico e transformador. Compreende-se que um novo modelo de organização e coordenação deve emergir, não mais articulado pela propriedade acionária, mas pela existência de mecanismos e órgãos que possam exercer estas funções de coordenação de forma efetiva e objetiva.

3 – Proposição

É necessário dotar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de estrutura e orçamento para cumprir sua missão constitucional na área do abastecimento.

A resposta organizacional por parte do governo federal deve configurar um modelo organizacional similar a de agências de coordenação setorial, estabelecendo diretrizes e metas a serem perseguidas e cumpridas, e que tenham as centrais de abastecimento como parceiras e participantes neste processo, com deveres e direitos.

Neste sentido, propõe-se a criação da *Secretaria Nacional de Abastecimento*, vinculada ao Mapa, para cumprir as funções de desenvolvimento da estrutura nacional atacadista de alimentos, estabelecer planos estratégicos e investimentos essenciais para a modernização do sistema.

Caberia, ainda, à Secretaria Nacional de Abastecimento promover a articulação do sistema atacadista com as políticas ministeriais de crédito rural, assistência técnica, desenvolvimento associativo e cooperativo, fitossanidade e políticas transversais, como segurança alimentar, agricultura familiar, meio ambiente, desenvolvimento econômico e cooperação internacional.

Deve, neste sentido, ser a gestora da Política Nacional de Abastecimento estabelecendo diretrizes e metas nacionais para os diversos aspectos setoriais que são apresentados e desenvolvidos ao longo de todo este documento.



POLÍTICA PÚBLICA
PARA OS PRODUTOS
PERECÍVEIS FRESCOS

POLÍTICA PÚBLICA PARA OS PRODUTOS PERECÍVEIS FRESCOS

INTRODUÇÃO

As características e a complexidade da cadeia de produção dos produtos hortícolas frescos (frutas, hortaliças, flores e plantas ornamentais) exigem um tratamento diferenciado. Aqui estão algumas das razões:

A produção de produtos hortícolas frescos é caracterizada pela fragmentação de produção e de origem: milhares de produtores, áreas pequenas, diferentes regiões produtoras com diferentes épocas de colheita.

O produto hortícola fresco não sofre nenhum processo de transformação depois da colheita.

Na cadeia de produção de hortícolas frescos não existe um elo organizador.

No caso dos produtos agrícolas industrializados, o agricultor é fornecedor de matéria-prima e a indústria estabelece os padrões para essa matéria-prima, os volumes de compra e a época do fornecimento; a indústria desenvolve novos produtos, novas embalagens, estuda o mercado consumidor, faz propaganda dentro e fora dos estabelecimentos comerciais, tem sistema de venda e distribuição, SAC, SOC, assessora o comprador e assim por diante, ou seja, *a indústria coordena a cadeia*, o que de nenhum modo ocorre no caso dos hortícolas frescos, em que *ninguém coordena a cadeia*.

A comercialização é extremamente complicada e geradora de grandes conflitos e insatisfações. Existe grande fragilidade comercial do produtor: inadimplência, ausência de diferenciação de valor por qualidade.

O produtor não consegue manter a sua identidade, construir a sua marca.

Raramente o produtor é recompensado pelo seu esforço de modernização e de melhoria do seu produto.

É impossível para o produtor individual desenvolver ações de *marketing*, no seu sentido mais amplo, e de melhoria de tecnologia para o seu produto.

A perecibilidade do produto, a colheita trabalhosa e prolongada (que impede ou, no mínimo, atrapalha muito o adequado acompanhamento do processo de comercialização pelo produtor isolado) e a inexistência ou precariedade da cadeia de frio tornam o produtor extremamente frágil em suas relações comerciais.

A concentração do varejo e dos serviços de alimentação em grandes redes e a enorme força do atacado, aliados ao atual forte processo de redução de custos, automação e corte de pessoal, criam uma pressão enorme sobre o produtor.

A característica mais importante e comum a todos os elos da cadeia de produtos hortícolas frescos é a *falta de confiança*. O produtor não confia no atacadista, que não confia no produtor. O varejista não confia no atacadista e o consumidor não confia no produto.

A adoção de uma linguagem comum de qualidade (*as normas de classificação*) é passo imprescindível para a transparência e confiabilidade na comercialização.

A transparência na comercialização não interessa aos compradores do grande varejo e aos atacadistas: significa perda de poder. A falta de transparência possibilita o repasse da ineficiência, dos erros de pedido, das perdas no transporte e na gôndola, da troca de embalagem, das más condições de armazenamento. O produtor paga por toda a ineficiência do sistema.

Os programas de apoio à exportação são desligados da realidade global da cadeia de produção: procura-se incentivar produção *específica para exportação*, o que obriga os produtores a custos elevados sem remuneração compatível ou os leva a repetidos fracassos nos mercados externos. O sistema produtivo de hortícolas no Brasil é muito diferente dos sistemas de produção voltados exclusivamente à exportação existentes para frutas, no Chile, e para flores de corte, na Colômbia e no Equador, em que há rígida coordenação por grandes atacadistas internacionais e não há mercado interno, e as tentativas de imitar esses sistemas, como o governo brasileiro tem feito, não têm qualquer chance de sucesso continuado.

A pesquisa agrônômica é muito desatrelada do espírito de cadeia; ela, em geral, atende às necessidades isoladas de um elo, sem estar atenta às consequências que a nova tecnologia provoca nos demais. Exemplos emblemáticos: o tomate Longa Vida proporciona longa vida de prateleira, atende bem ao elo do varejo, mas tem péssimas características de sabor; o pêssego Douradão tem ótimo sabor, cor e aroma, mas tem em seu formato um calombo frágil, o que causa enormes perdas no transporte; o morango Toyonoka tem ótimas qualidades organolépticas, mas é de difícil produção agrícola; a manga Tommy Atkins é de fácil produção agrícola, mas é crescentemente rejeitada pelo comércio, especialmente pelos importadores europeus.

A maioria dos países desenvolvidos implantou uma política pública especial para a cadeia de produção e de comercialização de frutas e hortaliças frescas. O brasileiro é empreendedor, o nosso comércio interno é grande e está crescendo, o país é muito grande com vastas extensões que permitem o cultivo de frutas e hortaliças, não temos tido grande sucesso com o associativismo e o

cooperativismo na agricultura. A nossa condição é muito semelhante a dos Estados Unidos da América, de quem podemos adaptar a nossa solução.

PROPOSTA DE TRABALHO

É preciso desenvolver ferramentas de comércio justo (1º), de preparação do horticultor (produtor de hortaliças, frutas, flores e plantas ornamentais) para o mercado moderno (2º a 5º), de garantia do abastecimento urbano com produtos hortícolas frescos (6º) e de sucesso na exportação (7º).

1º Criar instrumentos de garantia de comércio justo dos produtos hortícolas frescos, setor caracterizado por sua extrema fragilidade:

Estabelecendo um sistema de comércio justo com regras comerciais específicas para o setor (semelhante ao PACA - Perishable Agricultural Commodities Act e ao Fair Trade Guidelines, nos EUA).

Estabelecendo um sistema de arbitragem comercial.

Articulando com todos os elos da cadeia de produção a adoção das normas de classificação e outras medidas de ajuste interno. A adoção das normas de classificação só será obrigatória para os agentes que quiserem se beneficiar do Código Comercial.

Transformando as centrais de abastecimento em polos de comércio justo e de transparência na comercialização.

2º Organização dos produtores e seus primeiros compradores em Comitês de Promoção por Produto.

Esses Comitês podem e devem proporcionar ao segmento da produção agrícola a assunção da coordenação de cada cadeia de produção hortícola: orientar a pesquisa para a direção correta, indicar a orientação correta das ações de Defesa Agropecuária, estabelecer as ações de marketing (em seu sentido mais amplo de preparação de um produto para o mercado, incluindo o estabelecimento de normas e padrões em toda a cadeia, a propaganda e a orientação ao consumidor).

3º Implantação de um sistema de informação de mercado e de tecnologias disponíveis, bases para as tomadas de decisão do produtor e de toda a cadeia de produção.

Transformando as centrais de abastecimento em polos de informação, necessárias à tomada de decisão dos agentes de produção e de comercialização.

4º Adoção de padrões de qualidade (normas de classificação). A adoção só será obrigatória para os produtores que quiserem ter acesso aos benefícios do Código Comercial.

5º Viabilização de barracões de classificação e comercialização nas regiões produtoras. Os barracões de classificação e comercialização são imprescindíveis para juntar a produção do grande número de produtores de cada região, classificá-las dentro de um mesmo padrão de qualidade, submetê-las a um mesmo controle de qualidade e enviar cada lote para o seu melhor nicho de mercado. Eles permitirão a criação de volumes expressivos de produtos cuja melhor destinação seria a indústria, e, desse modo, pequenas agroindústrias surgirão nas regiões produtoras.

Dentro de sua estrutura, eles deverão ter um Núcleo de Apoio ao Produtor – que possibilitará o seu acesso às informações de mercado, ao cadastro de compradores, ao cadastro de fornecedores e aos treinamentos em classificação, embalagem, pós-colheita, comercialização. Os barracões poderão ser operados pelos produtores ou por prestadores de serviços ou, ainda, por um integrador. Esses barracões devem ser credenciados no MAPA e seu funcionamento deve ser periodicamente monitorado para garantia de funcionamento compatível com as necessidades de toda a cadeia. O importante é que as regras comerciais sejam muito claras e que haja instrumentos efetivos que garantam que elas sejam obedecidas.

O Núcleo de Apoio ao Produtor, em cada barracão, poderá ser gerenciado e provido de informações pelas centrais de abastecimento, que deverão oferecer também um serviço de monitoramento da competitividade do produto para o produtor do Barracão de Classificação no mercado.

6º A garantia do abastecimento urbano com produtos hortícolas frescos exige a transformação das centrais de abastecimento em centros eficientes de consolidação e distribuição dos produtos e em centros de informação, desenvolvimento, capacitação, controle de qualidade e de apoio ao pequeno produtor, ao pequeno varejo e ao pequeno serviço de alimentação, com isso eliminando ou diminuindo as atuais distorções em favor dos grandes e favorecendo a concorrência leal.

O fortalecimento do pequeno produtor, do pequeno varejo e do pequeno serviço de alimentação depende da existência de um centro logístico de recebimento, consolidação e distribuição eficiente, com regras de comércio justas e transparentes, um sistema de informação que apoie as tomadas de decisão ao longo da cadeia e um sistema de controle de qualidade que garanta a segurança e a qualidade do alimento. As ceasas podem alavancar a modernização e a competitividade pelo "bolso". A perspectiva de lucro, de melhoria de vida, é o melhor impulso de mudança. Em resumo, a ceasa é, e se não é deveria ser, o "umbigo do mundo" hortícola, o lugar por onde tudo passa e onde tudo acontece.

7º O sucesso na exportação será consequência do sucesso da organização da cadeia: será fácil encontrar, a custos realistas e competitivos, produtos com qualidade para exportação em uma cadeia adequadamente coordenada.



PRÁTICAS PARA
REDUÇÃO
DE PERDAS NA
CADEIA
AGROALIMENTAR

PRÁTICAS PARA REDUÇÃO DE PERDAS NA CADEIA AGROALIMENTAR

A prevenção das perdas é o caminho para a sua redução.

As perdas na cadeia de valoração dos produtos hortícolas frescos acontecem:

1. Na lavoura, durante o processo de produção, e na colheita, com o descarte dos produtos inadequados para a comercialização *in natura*. O controle inadequado de pragas e doenças, a ocorrência de granizo, a falta de polinização ou de poda adequada são causas de perdas pós-colheita na produção, no atacado, no varejo e no consumidor. O manuseio inadequado na colheita, no embalamento e no transporte para a seleção são causas importantes de batidas e ferimentos, que aceleram o metabolismo e permitem o desenvolvimento de microorganismos oportunistas, prejudiciais ao produto e, muitas vezes, aos consumidores. Estudos com pêsego, morango e citros mostraram que a maior parte do desenvolvimento de podridões é causada por microorganismos oportunistas.
2. No barracão de classificação, com o descarte de produtos inadequados para a comercialização *in natura*: muito maduros ou imaturos, defeituosos, muito pequenos, aparência ruim, início de deterioração. O manuseio inadequado na seleção e no embalamento são causas importantes de batidas e ferimentos (manuais e pela máquina), que aceleram o metabolismo e permitem o desenvolvimento de microorganismos oportunistas, prejudiciais ao produto e, muitas vezes, aos consumidores.
3. Nas centrais de abastecimento temos dois tipos de perdas: a que vai para o lixo e a perda de valor do produto, de difícil mensuração. A quantificação de perda que vai para o lixo é feita com a pesagem do lixo, na maioria orgânico. A fragilidade comercial do produtor faz com que as perdas sejam transferidas para ele e que, muitas vezes, sejam aumentadas, para o aumento do lucro do comerciante. O transporte e manuseio inadequados são causas de batidas e ferimentos, descarte e perda de valor do produto.
4. O sistema de exposição do supermercado pode destruir todo o esforço do produtor e do atacadista na melhoria do produto. Ele despeja o produto na gôndola, perde a sua rastreabilidade, mistura diferentes produtos. As perdas, que eles conseguem identificar as causas, segundo os supermercados giram em torno de 7%. Uma perda importante em todo o processo, pouco considerada, é a perda de água. Um produto com 90% de água é colocado num ambiente de 35% de Umidade Relativa, sem possibilidade de absorção de água.

5. A perda no consumo é grande. O consumidor compra frutas verdes, que apodrecem no processo de amadurecimento. Estudos mostram que no caso do mamão Havaí, a perda chega a 75%. É bom lembrar que o produtor colhe a fruta verde, atendendo o pedido do comprador. A fruta verde aguenta pancadas e maus tratos e vai apodrecer na casa do consumidor, o cliente que precisamos agradar para sobreviver.

A prevenção de perdas exige articulação com todos os agentes de produção, de comercialização e de consumo. Algumas medidas devem ser tomadas:

1. Criação de um código comercial para a comercialização de produtos perecíveis frescos
 - Estabelecimento dos direitos e responsabilidades de cada agente da produção ao consumo
 - Criação de um sistema de arbitragem rápida para a solução de atritos comerciais
 - Criação de um cadastro de agentes de comercialização

2. Na produção
 - Exigência de obediência à lei
 - Estudo das perdas na lavoura e suas causas
 - Financiamento para a melhoria da infraestrutura de colheita, classificação, embalagem, armazenamento e transporte
 - Capacitação dos produtores, seus funcionários, seus transportadores
 - Incentivo à criação de barracões de classificação geridos por grupos de produtores ou terceiros
 - Incentivo à unitização da carga e refrigeração
 - Cadastro municipal dos transportadores e dos agentes de comercialização locais

3. No transporte
 - Capacitação dos motoristas e transportadoras
 - Financiamento da adequação do seu veículo às exigências da lei
 - Pagamento de estacionamento por tempo de permanência no atacado
 - Diminuição do tempo de compra no atacado
 - Exigência de obediência à lei de transporte de alimentos

4. Na central de abastecimento
 - Melhoria de infraestrutura de transporte, recebimento, armazenamento e exposição
 - Capacitação de todos os agentes – carregadores, funcionários e gerentes das empresas
 - Premiação pela unitização de carga

- Promoção do mercado visando o crescimento das vendas
- Exigência de obediência à lei de comercialização de alimentos

5. No varejo

- Exigência de obediência à lei de rotulagem, embalagem, proteção.....
- Campanha de adoção do Manuseio Mínimo
- Capacitação dos gerentes e funcionários
- Financiamento para a melhoria da infra estrutura de transporte, recebimento, armazenamento, codificação e exposição
- Pagamento de estacionamento por tempo de permanência no atacado
- Diminuição do tempo de compra no atacado

6. No consumo

- Investimento nas escolas, através do desenvolvimento de material de apoio para as professoras, sobre os produtos hortícolas frescos e visando a aproximação do aluno da produção hortícola, como o projeto Escola do Sabor da CEAGESP

The background is a solid green color with several overlapping, curved, semi-transparent lines in various shades of green, creating a dynamic, organic feel. The lines sweep across the page from the top and sides towards the bottom right.

DIVERSIFICAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

DIVERSIFICAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO (INSERÇÃO DE NOVOS SEGMENTOS COMO PEIXE, CARNE, AVES, LÁCTEOS, FLORES E OUTROS)

As centrais de abastecimento prestam serviços de recebimento, consolidação e distribuição. A prestação de seus serviços para outros produtos deve seguir algumas etapas:

1ª etapa: Compreensão detalhada da cadeia de valorização de cada produto, em cada origem e destino. Os produtores serão clientes potenciais das centrais de abastecimento, se elas, de alguma maneira, puderem colaborar na solução dos seus problemas de comercialização e logística de distribuição.

2ª etapa: Quantificar o tamanho do mercado, a infraestrutura necessária para o seu atendimento e a nossa competitividade comparada aos prestadores de serviço atuais.

3ª etapa: Consultar os possíveis clientes sobre o interesse efetivo no serviço e sobre a possibilidade de parceria para a construção da infraestrutura necessária.

4ª etapa: Adesão das centrais de abastecimento à proposta.

5ª etapa: Implantação da proposta.



MARCO
REGULATÓRIO

MARCO REGULATÓRIO (COMÉRCIO INTERNACIONAL, DEFESA VEGETAL) E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O atendimento às exigências fitossanitárias, sanitárias e tributárias de controle e certificação de qualidade do produto, de rastreabilidade do produto, nos mercados interno e externo, tornam cada vez mais difícil para o produtor agregar valor ao seu produto. A agregação de valor só é possível quando o produtor caminha para a frente ao longo da cadeia de produção, assume a preparação do seu produto para o mercado, com o objetivo de atender aos seus interesses.

As centrais de abastecimento precisam se transformar em centros facilitadores de atendimento às exigências legais, em todos os níveis de governo: municipal, estadual e federal, em todas as operações que envolvam movimentação e comercialização do produto.

Aqui estão algumas das ações necessárias:

Levantamento das exigências legais que devem ser obedecidas pelos produtos hortícolas frescos e identificar que órgãos são responsáveis pela fiscalização de seu cumprimento;

Pesquisa das certificações existentes do processo de pós-colheita e o que deve ser obedecido dentro das centrais de abastecimento, especialmente para o Programa de Produção Integrada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Articulação com os órgãos de fiscalização para a instalação de centros de despacho fitossanitário, sanitário e tributário nas centrais de abastecimento e a simplificação e a automação dos procedimentos.

Criação de EADIs (entrepósitos aduaneiros) especializados em frutas e hortaliças frescas, próximos ou dentro das centrais de abastecimento, permitindo ao exportador que resolva ali toda a burocracia de exportação e ao importador o desembaraço aduaneiro próximo ao local de venda.

Transformação dos melhores permissionários das centrais de abastecimento em exportadores. O importador precisa da garantia de fornecimento e do mix dos produtos, tarefa melhor desempenhada pelo permissionário, que recebe a produção de diferentes produtores e regiões e pode garantir o fornecimento e a qualidade do produto e a melhor colocação de cada produto em seu nicho de mercado.



CARACTERIZAÇÃO
NACIONAL DOS
ATRIBUTOS DE QUALIDADE
DAS FRUTAS LEGUMES
E VERDURAS

CARACTERIZAÇÃO NACIONAL DOS ATRIBUTOS DE QUALIDADE DAS FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS

Os hábitos de consumo da população brasileira vêm sofrendo sensíveis mudanças, tanto na pauta de consumo de produtos, quanto nos níveis de exigência em relação aos atributos de qualidade e apresentação destes.

Atualmente, ocorrem diferentes níveis de caracterização entre produtos, tendo um maior nível de caracterização para produtos com maior valor agregado, importados, subtropicais e submetidos à “cadeia do frio”. De forma contrária, há um menor nível de caracterização para os legumes, verduras e produtos com menor valor agregado.

Observa-se um aumento na demanda por produtos padronizados e embalados que possuem praticidade de aquisição e preparo. Devido a falta de um formato nacional na padronização dos hortícolas, existem sensíveis variações no volume e peso dos produtos em um mesmo formato de embalagem. Outro aspecto que deixa o mercado confuso entre diferentes regiões são os rearranjos que são buscados pelos comerciantes para atender às necessidades específicas dos clientes e isto são práticas frequentes.

No Brasil, as cadeias produtivas de frutas, legumes e verduras encontram-se em diferentes níveis de organização. As mais organizadas, como as da maçã, uva e alho, principalmente no que se refere à padronização e classificação de produtos, atendem de forma eficiente a diferentes segmentos de mercado, agregando valor aos seus produtos e agilizando as transações. Todavia, cadeias menos organizadas arcam com altos índices de perdas e dificuldades no atendimento às demandas de mercado, cada vez mais segmentadas.

No Brasil, todas as centrais de abastecimento trabalham com a sua classificação regional. Alguns entrepostos vêm realizando um bom trabalho com a caracterização, porém, não há uma equiparação nacional.

Em se tratando de mercados internacionais, a classificação dos hortícolas está bastante avançada. Na Europa, a classificação é basicamente uma linguagem única, o que facilita compra e distribuição, levando as transações comerciais a ocorrerem de forma eficiente entre os diversos países desse continente. Logo, o consumidor adquire um produto de qualidade e com frescor.

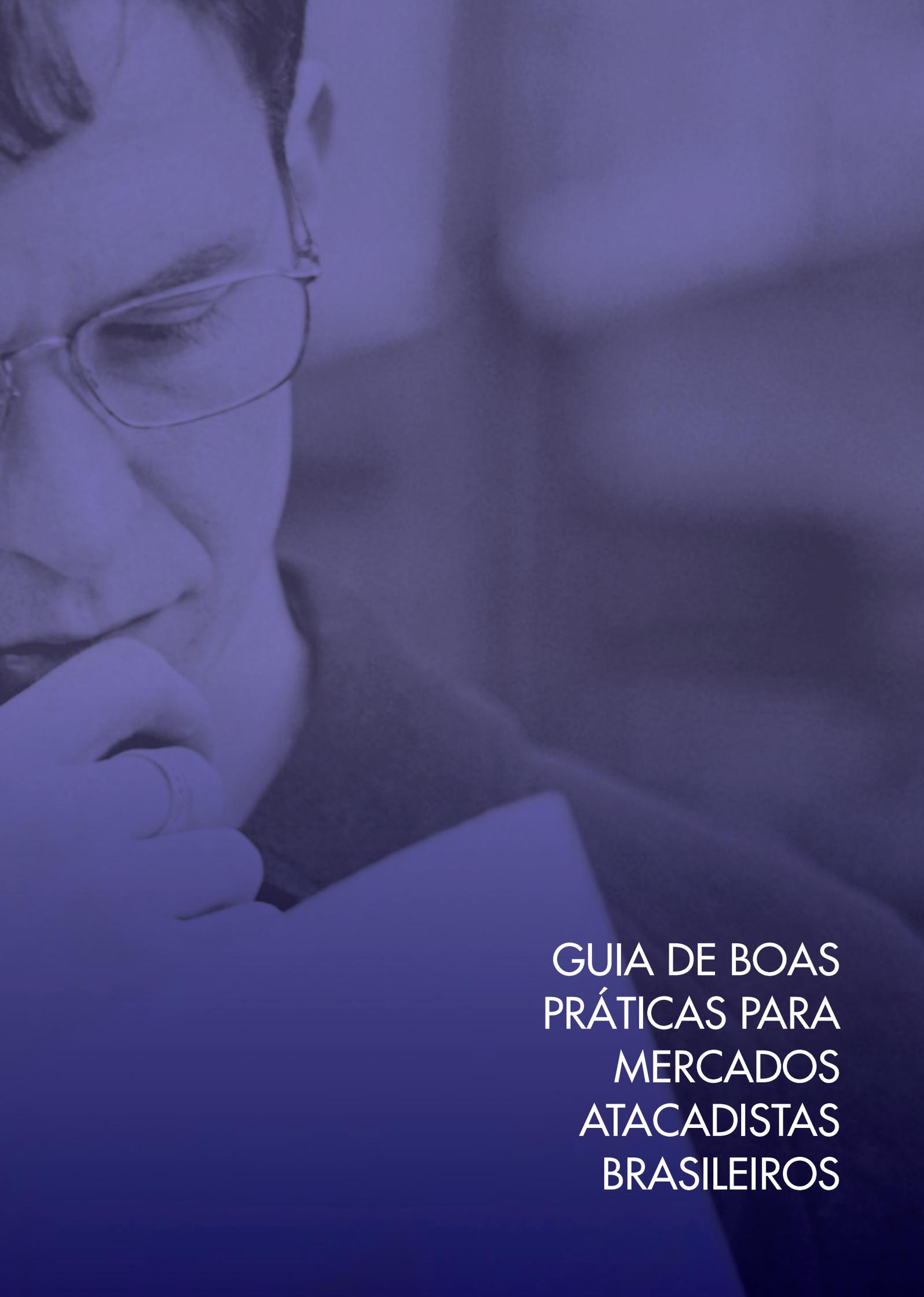
Avaliar o nível de caracterização dos produtos segundo o mercado, buscando fornecer subsídios na elaboração de estratégias que possam propiciar melhorias na apresentação comercial dos produtos, facilitando e incrementando as transações comerciais e minimizando perdas e desperdícios, buscando a sustentabilidade dos processos produtivos é o objetivo dessa caracterização. Portanto,

propõe-se realizar uma pesquisa nos principais mercados atacadistas brasileiros para verificar os principais atributos de qualidade que influenciam no valor comercial das frutas, legumes e verduras produzidas, comercializadas e consumidas no Brasil. Entende-se por atributos de qualidade a coloração, peso, tamanho, formato, ausência de defeitos, doçura, acidez, volume de polpa/suco, firmeza e ausência de resíduos químicos, físicos e biológicos dos produtos hortícolas.

O trabalho será realizado através da identificação dos produtos; realização de entrevistas avaliativas relativas a cada produto, buscando-se levantar as variedades, os subgrupos de cor e maturação, as respectivas classes de tamanho, as categorias de qualidade, os formatos de embalagens em que estes são disponibilizados; além dos atributos desejáveis que agregam valor e dos defeitos toleráveis, que não impedem sua comercialização, mas que os desvalorizam; mensuração e documentação fotográfica dos produtos, como ferramenta elucidativa do trabalho.

No caso específico das FLVs (Frutas, Legumes e Verduras), uma melhor caracterização nacional dos produtos poderia proporcionar avanços na comercialização, logística e distribuição, além de sensível redução nas perdas e desperdícios, e também toda a cadeia desde o produtor até o varejista poderia conhecer as características de qualidade que o consumidor mais deseja em sua compra.

Identificar os aspectos convergentes entre mercados, ampliando a abrangência das ações desde a produção até o varejo, e sintonizar os mercados nos aspectos relativos à caracterização dos produtos é objetivo dessa pesquisa.



GUIA DE BOAS
PRÁTICAS PARA
MERCADOS
ATACADISTAS
BRASILEIROS

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA OS MERCADOS ATACADISTAS BRASILEIROS

O setor alimentício brasileiro vem sofrendo profundas mudanças na relação com o consumidor. Ele

está ciente de seus direitos e cada vez mais quer saber o que está comprando, como foi produzido, sua qualidade e outras informações além de um preço justo. Atendendo a maior parte desses anseios, o varejo mantém um ritmo acelerado de crescimento. Só para se ter uma ideia, o varejo no ano de 2010 para 2011 cresceu 11,6% alcançando o valor de 224 bilhões de reais para mais de 82.000 unidades que geram 967.000 empregos diretos. Porém grande parte dessa mercadoria passou pelo setor atacadista antes de chegar aos supermercados, após a produção nas propriedades rurais. Segundo números de um recente estudo da Conab, nos 72 entrepostos brasileiros avaliados na época foram comercializados mais de 15,5 milhões de toneladas de hortigranjeiros perfazendo um valor de 15,5 bilhões de reais para o ano do estudo em 2007. Em outro estudo foi demonstrando que os perecíveis são os produtos mais comprados nos supermercados depois das bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

Através dos dados relatados anteriormente pode-se observar que os perecíveis como frutas, legumes, verduras, lácteos, ovos e carnes (bovino, suíno, frango e peixe) tem um importante valor na comercialização do varejo e atacado. Porém essa cadeia necessita de modernização, pois é a menos evoluída entre os gêneros alimentícios, principalmente os FLVs. Logo esse grupo de produtos que vem sofrendo um grande apelo da comunidade médica e científica para aumento do consumo, pois são muito ricos em composto que favorecem uma boa dieta alimentar, tais como vitaminas, sais minerais e fibras.

A União Mundial de Mercados Atacadistas (WUWM) é uma associação sem fins lucrativos com um vasto número de membros internacionais que se envolve em todos os campos e atividades relacionadas à promoção, desenvolvimento e intercâmbio internacional de conhecimentos e de informações sobre mercados de alimentos por atacado. A WUWM atualmente tem cerca de 200 membros em 45 países em todo o mundo.

Observando o crescimento desse mercado na Europa e seguindo a legislação alimentar da União Européia, a WUWM em 2001 produziu um Guia de Boas Práticas (GPG) relevantes para a operação e gestão dos mercados atacadistas na Comunidade Européia.

A primeira versão deste guia foi aprovado oficialmente por todos os membros da UE Seção Regional, durante o Congresso WUWM 25 em Baltimore, EUA (Setembro de 2005).

Portanto, conclui-se que no Brasil o setor atacadista possui uma lacuna que oriente os usuários dos entrepostos a atender as exigências para o fornecimento de um alimentos seguro para o consumidor final. A melhor forma de preencher essa demanda seria através de um Guia de Boas Práticas para os usuários dos mercados atacadistas. Esse material servirá para capacitar os usuários dos entrepostos, sejam eles os gerentes e operados de mercado da empresas, produtos rurais e carregadores. Esse guia também será um suporte para que os administradores dos entrepostos comecem a administrar a operacionalização do mercado usando as políticas que promovam a disponibilização de um alimento seguro para a sociedade.

Logo, sugere-se um manual no seguinte formato:

Guia de boas práticas para as CEASAS do Brasil

I - Introdução

II – Objetivos do guia

III – Campos de aplicação

IV – Identificação das responsabilidades.

Infra estruturas e instalações

Controle de temperatura

Iluminação

Serviços

Higiene pessoal

Eliminação de resíduos

Controle de pragas

Formação dos operadores de mercado

V - Guia detalhado para as BOAS PRÁTICAS

Capítulo I: Requisitos gerais para as instalações que armazenam e processam os alimentos;

Capítulo II: Requisitos mínimos dos alimentos comercializados no nos entrepostos;

Capítulo III: Requisitos dos equipamentos utilizados no preparo dos alimentos;

Capítulo IV: Resíduos alimentares e outros;

Capítulo V: Uso da água;

Capítulo VI: Higiene pessoal dos operadores;

Capítulo VII: Capacitação dos operadores de mercado: funcionários das empresas, produtores rurais, carregadores e administração do mercado.

VI - aplicação dos procedimentos de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle (APPCC)

Com a elaboração desse manual pode-se destacar os seguintes resultados esperados:

Capacitação dos operadores de alimentos na recepção, armazenamento, processamento e comercialização dos alimentos;

Criação de um selo para Ceasas no futuro;

Aumento na confiança da sociedade nos alimentos que são comercializados nos entrepostos brasileiros;

Potencializar a imagem da Ceasas perante a sociedade;

Aumento no número de clientes e produtores que passarão a utilizar os entrepostos.



O PROCESSO DA
ADEQUAÇÃO DE
EMBALAGENS NO
COMÉRCIO DE
HORTIGRANJEIROS NO
BRASIL E O SURGIMENTO
DOS BANCOS DE CAIXAS
PLÁSTICAS NAS CEASAS

O PROCESSO DA ADEQUAÇÃO DE EMBALAGENS NO COMÉRCIO DE HORTIGRANJEIROS NO BRASIL E O SURGIMENTO DOS BANCOS DE CAIXAS PLÁSTICAS NAS CEASAS

As primeiras discussões acerca da formação do sistema brasileiro de abastecimento para o mercado de hortigranjeiros têm sua origem na década de 1950. Naquele momento, o mercado nacional era disperso, fragmentado e desorganizado, gerando assim um gargalo na cadeia produtiva, no momento da comercialização. Esta condição adversa não só contribuía para a redução da qualidade do alimento, mas também para o aumento do preço final no varejo, tendo em vista o elevado nível de perdas, acarretando assim grande desestímulo tanto à produção quanto ao consumo destes produtos.

Segundo Mourão (2007), as Ceasas foram criadas pelo Governo Federal em 1972 com a finalidade de reduzir os custos de comercialização; melhorar a produção, os serviços de classificação e padronização de produtos; coletar dados para o Serviço de Informação do

Mercado Agrícola; reduzir custos para o varejo de forma a diminuir a flutuação da oferta; aperfeiçoar os mecanismos de formação de preços; elevar o nível de renda das empresas agrícolas e eliminar os problemas urbanísticos advindos desde a década de 1960.

Os produtos de origem hortícola frescos apresentam a melhor qualidade no momento da colheita, não passando por nenhum processo de transformação até o seu consumo.

Dessa forma, todos os esforços para a distribuição desses produtos visam mantê-los na qualidade encontrada no momento da colheita.

Segundo Julioti (2010), a função primordial da embalagem é conter e proteger o produto. Com a modernização das atividades produtivas e comerciais, o processo de embalagem absorveu outras características desejáveis, exigindo assim a participação do Estado na determinação de normas técnicas a serem adotadas e na própria fiscalização.

Em novembro de 2002, foi promulgada pelo Inmetro X Anvisa X Sarc a Instrução

Normativa nº 9, que, dentre outras exigências, citava que produtos de origem hortícola necessariamente deveriam ser comercializados em embalagens de único uso (descartáveis) ou plásticas desde que higienizadas e sanitizadas. Em 2007, o Decreto Federal 6.268 instituiu a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos econômicos, ficando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, como órgão fiscalizador. Estas mudanças na legislação

imputaram aos atacadistas e varejistas a responsabilidade tanto no destino das embalagens descartáveis quanto à higienização e sanitização das retornáveis.

Apesar de ter se passado aproximadamente uma década de sua promulgação, o real cumprimento da IN nº 9 não ocorre nas centrais de abastecimento brasileiras. Desde o surgimento das Ceasas, no final da década de 1960, o processo de embalagem de produtos de origem hortigranjeira muito pouco evoluiu e aspectos de grande relevância, como: logística, tecnologia, sustentabilidade e economicidade, pouco evoluíram.

Esta condição pode ser apontada como uma das principais causas do insucesso de várias tentativas de implantação de unidades de banco de caixas em Ceasas brasileiras, pois a adequação necessária se configura em profunda mudança nos hábitos e costumes de todos os agentes envolvidos e, por extensão, na própria operacionalização do mercado atacadista de hortigranjeiros brasileiro.

Segundo levantamentos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas – Embrapa, a comercialização de produtos hortícolas no Brasil ocorre com a utilização de embalagens feitas de materiais diversos como: madeira, plástico, papelão, juta, bambu, rafia, etc.

Neste ambiente, com exceção do material plástico que pode ser higienizado e sanitizado, teoricamente todas as outras embalagens deveriam ser utilizadas uma única vez. Porém, na prática, esta não é uma realidade do comércio atacadista brasileiro, principalmente nos entrepostos das centrais de abastecimento.

“Um dos maiores problemas na reutilização de embalagens é a possibilidade de disseminação de patógenos causadores de doenças de pós-colheita em hortaliças, principalmente a partir de fungos e bactérias”, afirmam os pesquisadores da EMBRAPA.

O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas e hortaliças, porém, aproximadamente 30% deste volume se perde entre a produção e o consumidor, registrando, assim, um altíssimo nível de perda em toda a cadeia. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e

Abastecimento do Estado de São Paulo, desse montante, quase 50% é resultado do uso de embalagens inadequadas. Os reflexos deste desperdício podem ser sentidos por todos os atores do processo, porém, é correto afirmar que as majorações nos preços finais pagos pelo consumidor tendem a compensar estas perdas.

A reutilização de embalagens também pode ser apontada como um dos principais fatores responsáveis pela contaminação cruzada entre lavouras. As caixas contaminadas são levadas às lavouras sadias, e nesse momento ocorre a disseminação de patógenos causadores de uma extensa

gama de doenças e pragas. Esta situação levará o produtor a aumentar o volume de defensivos e agrotóxicos utilizados em sua plantação, ocorrendo também um aumento em seus custos.

No comércio atacadista de hortigranjeiro, sobretudo aquele que ocorre nas Ceasas brasileiras, a embalagem mais utilizada é a de madeira, comumente denominada de caixa "K".

Este recipiente, além de não possuir a condição de higienização, também contribui de forma negativa para a manutenção dos índices de perda em níveis próximos a 30% e a consequente redução na qualidade final do produto na mesa do consumidor.

O produto hortícola tem suas melhores características no momento da colheita, sendo que todo o processo entre a lavoura e a mesa do consumidor deveria ser realizado de acordo com normas técnicas e procedimentos específicos. Porém, quando isso não acontece, severas alterações nas características deste produto poderão ocorrer, reduzindo, assim, sua qualidade final.

A partir de 2001, começaram a surgir iniciativas isoladas de algumas centrais, no intuito de se instalar unidades higienizadoras de caixas plásticas e propiciar o real cumprimento das normas legais vigentes, com a utilização de embalagens plásticas higienizáveis e descartáveis em seus mercados. Estas tentativas ocorreram de forma desorganizada, não havendo, pois, uma entidade que coordenasse de forma sistêmica todo o processo.

A primeira experiência brasileira se deu com a instalação do banco de caixas na Ceasa de Brasília/DF, ocorrida em 2001. Naquele momento, a concepção desta atividade ainda não agregava a complexidade e o volume de serviços prestados nos dias atuais, mesmo porque a Instrução Normativa nº 9 foi promulgada somente um ano após sua inauguração. Nos anos seguintes, várias outras tentativas de instalações de novas unidades de higienização, sanitização e aluguel de caixas plásticas ocorreram, porém os insucessos se tornaram frequentes neste contexto. Atualmente, duas referências positivas podem ser citadas no cenário nacional:

- O banco de caixas do entreposto da Uberlândia da CeasaMinas, que iniciou suas atividades em 2004, e naquele mesmo ano todo o mercado da unidade já aderiu à utilização de caixas plásticas. Seu funcionamento se deu de forma ininterrupta até os dias atuais;
- O banco de caixas da Ceasa de Recife/PE, que teve suas atividades iniciadas no ano de 2009. Atualmente, higieniza cerca de 1 milhão de caixas por mês, sendo que a perspectiva é que no segundo semestre de 2012 todo o mercado deste entreposto tenha realizado a adequação à utilização de embalagens normatizadas. Esta unidade apresenta grande modernização em seu processo operacional e na própria concepção da atividade, atendendo, assim, as exigências do mercado.

Principais unidades de banco de caixas plásticas brasileiros

Município	Início Atividades	Encerramento Atividades	Área (m ²)	Investimento (R\$)	Higienização Mensal (cx)
Recife/PE	2009	-	3.000	2.500.000	1.000.000
Brasília/DF	2001	-	864	ND	150.000
Campinas	2009	2010	3.000	3.500.000	-
Porto Alegre	2009	2009	5.000	8.500.000	-
Goiânia	2006/2009	-	2.000	ND	250.000
Coritiba	2006	-	200	1.500.000	25.000
Uberlândia	2004	-	1.000	2.000.000	240.000
Caratinga	2010	-	200	600.000	70.000
Governador Valadares	2010	-	200	600.000	60.000
Contagem	2011	-	20.000	15.000.000	305.000

Elaboração: DETEC

Tendo em vista o histórico negativo de tentativas de instalação destes instrumentos em centrais de abastecimento brasileiras, alguns procedimentos podem ser destacados como principais causadores deste revés:

- Inexistência de padronização e homologação das caixas utilizadas;
- Trabalho de convencimento de todos os agentes da cadeia realizado de forma ineficiente;
- Fragilidade no processo de interação com as direções das ceasas;
- Fragilidade no processo de fiscalização e controle de portaria; • Fragilidade no envolvimento das ceasas, nos momentos de tensão, o que causa enfraquecimento de todo o processo.

A adequação na utilização de embalagens na comercialização de produtos de origem hortigranjeira traz inegáveis benefícios para todos os agentes envolvidos, dentre elas podemos citar:

- Melhoria na qualidade do produto;
- Padronização do peso das embalagens;
- Redução da contaminação cruzada nas lavouras;
- Redução na perda;
- Modernização e otimização do processo de transporte e logística;
- Redução nos custos;
- Manutenção da segurança alimentar;
- Redução no volume de resíduos gerados e diminuição nas despesas;
- Responsabilidade socioambiental.

Mesmo com todas as especificidades de cada entreposto, é possível afirmar que a inexistência de um “órgão” centralizador que efetue a homogeneização das ações para implantações de novos bancos ocorreu de forma bastante evidente. Esta ação deve ser desempenhada pelo poder público, através do Ministério da Agricultura e Pecuária –

Mapa, a partir de adesões voluntárias de cada ceasa ao processo, resultando, assim, em uma maximização dos resultados a partir de compartilhamento de experiências, o que fortalecerá todo o sistema.



POLÍTICA
NACIONAL DE
INTEGRAÇÃO DAS
ASSISTÊNCIAS
TÉCNICAS RURAIS
E AS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO

POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS RURAIS E AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

O presente documento visa trazer subsídios para o debate na construção de um Plano Nacional de Abastecimento, particularmente no que se refere à integração da assistência técnica rural e às centrais de abastecimento. O tema aqui exposto considera os elementos da política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, a redução das perdas pós-colheita, a rastreabilidade e o controle da qualidade nas Centrais de Abastecimento.

Introdução e contextualização

No Brasil, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater foram iniciados no final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Inicialmente, foi implantada com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio governamental, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados. Em meados da década 1970, implantou-se o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater, coordenado pela Embrater e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, as Emater. Como parte dos programas de Ater daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das Emater, alcançando até 80%, em alguns estados.

Com o advento das políticas neoliberais no Brasil, em 1990, extinguiu-se a Embrater, desativando o Sibrater, e abandonando, assim, os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de Ater no país. As tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram suficientes para evitar que as Emater ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados.

A consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Brasília, novembro de 2010, SAF/MDA).

Processo similar de fragilização de serviços ocorreu também no âmbito das centrais de abastecimento. Implantadas na década de 1970, a partir do Programa Estratégico de Desenvolvimento e o I Plano de Desenvolvimento (1972-1974 com suporte da FAO), com uma rede física destinada a concentrar e organizar a comercialização dos produtos hortigranjeiros amparada em uma estrutura de serviços que moldavam os parâmetros que definiam o equilíbrio entre oferta e demanda (Manual Operacional das Ceasas do Brasil, 2011), as centrais de abastecimento refletiram positivamente na diversificação dos produtos ofertados, abastecimento regular, qualidade dos produtos, redução no custo de transporte, além da geração de renda nas novas regiões produtivas.

Porém, a partir da década de 1990, a expansão das políticas neoliberais relacionadas principalmente à liberalização de mercado acarretaram mudanças profundas na cadeia agroalimentar. O fenômeno se deu de forma muito intensa em toda a América Latina. Especialmente no Brasil, estabeleceu-se um novo quadro institucional que redefiniu os espaços entre público e privado nos mercados agroalimentares, alinhando as regras de jogo domésticas de cada país às exigências da Organização Mundial do Comércio – OMC. Nesse sentido, houve uma reorganização dos mercados através de uma crescente (e rápida) transnacionalização de empresas líderes dominando a grande distribuição. Notadamente, observa-se no último período uma concentração acelerada em nível de varejo. Um novo sistema de distribuição e acesso sob o domínio das grandes redes de super e hipermercados está transformando radicalmente os padrões de coordenação dos atores ao longo das cadeias de suprimento do mercado agroalimentar brasileiro. Há uma crescente convergência entre exportadores e os novos fornecedores dos supermercados, diluindo as fronteiras entre mercados nacionais e de exportação. Nesse sentido, com ritmos diferentes e dependendo das condições locais, a grande distribuição (grandes atacados) substituiu os canais tradicionais de distribuição (entre eles as Ceasas), e os supermercados operam cada vez mais com um número limitado de fornecedores especializados que atendem às especificações de entrega (periodicidade e regularidade), leque de produtos e qualidade.

Dadas essas condições, nas quais os supermercados operam cada vez mais com fornecedores altamente profissionalizados, tanto as centrais de abastecimento quanto a agricultura familiar podem vir a ter cada vez mais apenas uma participação subordinada e periférica, dadas as capacidades organizativas e gerenciais exigidas pela grande distribuição. Ainda que, no caso de frutas, legumes e verduras (FLVs), com relação a produção - dada a característica de uso intenso de mão de obra familiar e da terra -, e com relação às Ceasas - pelo grau de perecibilidade e intensa circulação dos produtos-, tanto as pequenas propriedades quanto as centrais pudessem exercer uma certa competitividade, as regras do jogo neste setor também vêm se transformando dramaticamente com a transnacionalização e modernização do varejo na forma dos super e hipermercados.

Com a chegada da estabilidade econômica e da transnacionalização da grande distribuição num contexto de crescimento econômico, o setor de FLV virou alvo estratégico de crescimento por parte dos supermercados, onde esses produtos passaram a ocupar lugar de destaque. Dada a pressão constante por padrões de qualidade, as centrais de abastecimento podem sofrer um processo de marginalização caso não adotem, ou continuem, processos de modernização, em que pese ainda atualmente a sua grande participação no mercado de FLV na maioria das regiões metropolitanas do país.

Especialmente no campo da produção, as mudanças com vistas ao ajustamento às condições de acesso a mercados de exportação quanto à criação de um ambiente favorável a investimentos externos como principal estratégia de modernização e competitividade trouxeram consequências irreparáveis para a produção em pequena escala da agricultura familiar. Além da pressão por escala, novos patamares de qualidade tornaram-se pré-requisitos de participação nos mercados alimentares, tanto para o abastecimento interno quanto para exportação.

No cenário brasileiro, esse processo da abertura comercial levou à retirada do Governo de controles diretos na forma de preços ou compras e ao desmantelamento de serviços de assistência técnica e extensão e também à eliminação de políticas em diversos setores. Em consequência, ocorreu uma fragilização da participação dos pequenos produtores e de suas organizações econômicas (cooperativas) nos mercados. Com menor proteção tarifária, aliada a maior abertura ao comércio internacional, ocorreu também um aumento no ritmo de importação de alimentos. Nesse mesmo ambiente, intensificaram-se também as pressões sobre os custos de produção relacionados tanto aos insumos quanto sobre um maior ritmo de inovações e modernização tecnológica.

Notadamente, observa-se, no último período, uma concentração acelerada em nível de varejo. Um novo sistema de distribuição e acesso sob o domínio das grandes redes de super e hipermercados está transformando radicalmente os padrões de coordenação dos atores ao longo das cadeias de suprimento do mercado agroalimentar brasileiro. Há uma crescente convergência entre exportadores e os novos fornecedores dos supermercados, diluindo as fronteiras entre mercados nacionais e de exportação.

Porém, na última década, especialmente frente à crise econômica relacionada às crises energética, alimentar e ambiental, tem suscitado um amplo debate tanto no campo acadêmico quanto governamental e sociedade civil, em torno da importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país. Consequentemente, ocorre também uma redefinição do papel do Estado enquanto indutor do desenvolvimento local e regional. Contrapondo o pensamento único da década de 1990, vivemos em um momento de revalidação e reafirmação do papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico e fomentador das atividades produtivas, através do oferecimento de políticas públicas de

qualidade que fortalecem a economia interna e distribuem a renda de forma mais equitativa. Tal circunstancia tem favorecido a retomada e o fortalecimento de órgãos e instrumentos públicos que garantem a segurança e soberania alimentar do povo brasileiro, como as centrais de abastecimento e a retomada e fortalecimento dos serviços de Ater através do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (e, por consequência, dos conselhos nas demais instâncias federativas) e o fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB são outros dois exemplos concretos.

Justificativa

A presente política visa contribuir na proposição de ações no âmbito institucional capazes de consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável e no fortalecimento de equipamentos públicos de abastecimento capazes de regular preço e estabelecer padrões de qualidade.

No Brasil, estão consolidadas ações no campo da Assistência Técnica Rural da “porteira” para dentro. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, somente em 2010, foram investidos R\$ 626 milhões através de 12 redes de Ater, com 800 convênios/contratos de repasse. No caso dos produtos que circulam diariamente nas Ceasas, observa-se uma carência de assistência técnica aos produtores de FLV da “porteira” para fora. Ou seja, são raras as ações de capacitação direcionadas para orientação em práticas de pós-colheita, acondicionamento e condições de transporte, dentre outros. Tal situação geralmente acarreta uma série de problemas para dentro dos espaços físicos das Ceasas, dentre os quais a dificuldade de gestão da qualidade dos produtos, acarretando um grande percentual de perdas e gerando custos adicionais na destinação dos resíduos.

Uma assistência técnica para os produtores, direcionada no espaço e no tempo entre a colheita e a entrada nas centrais de abastecimento, poderia trazer uma série de benefícios a toda a cadeia. A integração entre Ater e Abastecimento pode promover a valorização e sustentabilidade dos circuitos locais e regionais da produção, da conservação, da distribuição e da comercialização, minimizando perdas e desperdícios. Ações integradas podem contribuir ainda na implementação de mecanismos de rastreabilidade com vistas a assegurar ao consumidor o direito à informação adequada sobre as condições dos produtos ofertados.

Proposição

Criar um serviço nacional de assistência técnica voltada à cadeia intermediária entre produtores e centrais de abastecimento, objetivando aperfeiçoar processos de controle de qualidade, rastreabilidade e diminuição das perdas. O serviço deve ser voltado à:

1- Capacitação de produtores voltada para o manuseio, limpeza, classificação, seleção, acondicionamento e transporte de FLV;

2- Promoção da valorização e sustentabilidade dos circuitos locais e regionais da produção, da conservação, da distribuição e da comercialização;

3- Minimização das perdas, com a incorporação de novas tecnologias de logística e, como consequência, menor geração de resíduos, acarretando em menor custo energético na cadeia;

4- Garantia da qualidade e segurança dos alimentos da produção ao consumo.

O serviço pode ser compartilhado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, podendo ter como parceiros os estados, municípios e o Distrito Federal.

Os desafios impostos aos agricultores familiares no campo da produção e para as centrais de abastecimento na oferta de serviços exigem um diálogo estreito e integrado pela necessidade de implementar estratégias que sejam compatíveis com os ideais do desenvolvimento sustentável. Os aparatos públicos de Ater devem transformar sua prática convencional e ampliar suas ações para outros elos da cadeia produtiva. As Ceasas devem voltar seus olhos para o cenário de reconfiguração do mercado de varejo, para que ambos possam atender às novas exigências da sociedade, identificando as medidas apropriadas para cada caso e mobilizando os parceiros correspondentes.



SEGURANÇA
ALIMENTAR E
POLÍTICAS
SOCIAIS

SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS SOCIAIS

Uma abordagem abrangente do problema da fome deve partir do conceito de segurança alimentar.

A definição clássica de segurança alimentar, estabelecida pela FAO, determina que haja uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda as suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

A utilização do conceito de segurança alimentar nos remete a toda uma discussão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Não se trata apenas de produzir alimentos e resolver os problemas ligados ao abastecimento e à comercialização, mas sim os que envolvem aspectos econômicos da distribuição de renda, cultura e educação alimentar das famílias.

As centrais de abastecimento desempenharam importante papel na formação de preços e na distribuição de gêneros alimentícios para boa parte da população brasileira, num momento em que o padrão urbano e industrial se consolidava e a modernização agrícola levava a um intenso processo de migração do campo para as cidades. Tratava-se, então, de abastecer os centros urbanos e impedir que os preços de alimentos reduzissem o valor real dos salários. Este processo também levou a uma radical mudança no padrão de consumo.

Embora as estruturas das centrais permaneçam, sob a gestão municipal, estadual ou federal, o abastecimento de gêneros alimentícios nos grandes e médios centros urbanos já não depende tanto delas como anteriormente. Atualmente, as grandes redes atacadistas e varejistas dispõem de circuitos próprios para o escoamento da produção agrícola. É possível dizer que para estas grandes redes são mais importantes políticas oriundas das secretarias de obras e de transporte do que as das secretarias de agricultura e abastecimento. Não basta mais solucionar problemas logísticos de transporte da produção do campo, mas sim de solucionar os problemas de acesso da população aos pontos de vendas no interior das cidades.

As grandes redes, através de seus supermercados, passaram a organizar o escoamento da produção no campo, a padronizar as compras em termos de variedades de itens, de quantidade e qualidade e de embalagem, ampliando, assim, as opções dos consumidores.

Todavia, pelo próprio padrão desigual do desenvolvimento brasileiro, ainda persiste um grande contingente de brasileiros que ainda não tem acesso aos gêneros de primeira necessidade. Estimativas do Brasil Sem Miséria indicam que 16 milhões de pessoas vivem na miséria e na fome, no

que pese o esforço dos programas derivados do Programa Fome Zero do governo federal implantados na última década. Também, devido ao novo padrão de consumo, encontra-se um não desprezível contingente de brasileiros que se alimentam inadequadamente, gerando problemas de obesidade, cardiovasculares -etc. Desta forma, a temática da Segurança Alimentar – acesso à alimentação em quantidade, qualidade, periodicidade e variedade – assume cada vez mais destaque entre as políticas públicas.

Com raras exceções, as centrais de abastecimento têm reduzida participação nos programas sociais. A Conab é destaque positivo na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e na articulação, mesmo que indireta, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas centrais de abastecimento são exemplos na gestão de programas municipais de alimentação escolar e de doação de alimentos.

Redesenhar, neste contexto (mercado privado e mercado institucional de gêneros alimentícios), um novo papel para as centrais de abastecimento é um desafio de primeira ordem. Ao analisarmos mais profundamente o sistema de criação das centrais de abastecimento, vamos constatar que elas nasceram com a missão de acumularem conhecimentos especializados em abastecimento alimentar. Portanto, são instrumentos da modernização do sistema de abastecimento alimentar, que envolve desde os segmentos da produção e transformação, até da distribuição e consumo.

Especificamente no âmbito das políticas sociais, as centrais de abastecimento podem colocar à disposição dos diversos programas governamentais a sua estrutura física e a sua capacidade técnica de forma a contribuir para a solução dos problemas existentes na execução dos mesmos, tendo em conta que se trata de programas que buscam estruturar a produção daqueles excluídos pela modernização agrícola através das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, um dos grandes problemas enfrentado pelos agricultores familiares e suas cooperativas e associações para participarem dos programas sociais diz respeito à entrega da sua produção.

No âmbito do PNAE, normalmente as prefeituras abrem as chamadas públicas exigindo a entrega dos gêneros alimentícios diretamente nas unidades escolares (entrega ponto a ponto). Se pensarmos nas capitais brasileiras, ou mesmo num município do porte de Campinas, com mais de 200 mil alunos e perto de 600 pontos de entrega, é fácil concluir pela inviabilidade de tal empreitada para quem não possui uma empresa de transporte própria ou contratada, como é o caso das organizações de agricultores familiares. Isto também ocorre nas doações de alimentos às entidades assistenciais no âmbito do PAA e Banco de Alimentos, considerando que o MDS vem orientando aos municípios a implantação dos Bancos de Alimentos dentro das dependências das CEASAS, a exemplo das CEASA

Rio Branco-AC, CEASA Minas, CEASA-PE, CEASA CAMPINAS-SP, diminuindo, com isso, o desperdício dos alimentos e facilitando a logística de arrecadação e entrega dos mesmos.

As centrais de abastecimento podem colocar à disposição destes agricultores um espaço para entregas centralizadas e para o transbordo da carga para veículos contratados ou da própria administração pública, que se encarregariam da distribuição nas unidades escolares, no caso da alimentação escolar, ou para os veículos das entidades assistenciais, no caso de doações, por meio de estabelecimento de parcerias a exemplo da CEASA Rio Branco-AC e CEASA Campinas-SP, que firmaram um termo de cooperação para utilizar a expertise do Programa SESC/MESA BRASIL.

Outra dificuldade dos agricultores familiares para participarem dos programas é o desconhecimento sobre o mercado institucional, tais como: preços de referência, quantidades e periodicidade de entregas, qualidade exigida, tipos de embalagens e dos contratos praticados pela administração pública, entre outros. Estas são questões facilmente solucionadas com uma adequada orientação realizada pelos quadros técnicos das centrais de abastecimento, que contribuiriam, assim, para a boa execução dos programas.

Os programas de abastecimento alimentar ainda carecem de uma articulação entre si em nível municipal ou regional. Várias organizações de agricultores familiares participam de mais de um programa, assim como as entidades assistenciais, fazendo com que alguns gêneros tenham oferta acima das necessidades e outros abaixo. Equalizar a oferta com a demanda também pode ser realizada pelos quadros técnicos e sistemas de gerenciamento das centrais de abastecimentos, a exemplo da CEASA MINAS.

Por último, o maior programa alimentar no Brasil, que é o da alimentação escolar (PNAE), abrangendo 46 milhões de alunos, enfrenta sérias dificuldades na sua aplicação. Diversos modelos de gestão são adotados – público, misto e privado – com implicações nos custos, na manutenção da qualidade das refeições e no atendimento ao preconizado na legislação específica. A execução do programa a cargo das Secretarias da Educação também se apresenta como um dos entraves para aplicação do programa dada sua natureza diversa do campo do abastecimento alimentar.

O PNAE, com a descentralização aos municípios, com a introdução de gêneros alimentícios in natura e com a obrigatoriedade das compras diretas da agricultura familiar regional, recoloca a necessidade de estruturas flexíveis e atuantes capazes de mobilizar conhecimento técnico especializado em todos os processos necessários para o atendimento de necessidades alimentares da população escolar, constituindo o próprio campo de ação das centrais de abastecimento.

Neste contexto, as compras diretas da agricultura familiar para a alimentação escolar vêm sendo impulsionadas, em atendimento ao PNAE, e novas ações devem ser implantadas, tais como restaurantes e varejões populares.

As centrais de abastecimento do país, por meio da Abracen, poderão estabelecer uma grande parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, por meio do Programa Brasil Sem Miséria, visando consolidar os programas existentes: restaurantes populares; banco de alimentos; cozinhas comunitárias; PAA; PNAE; agricultura urbana; hortas comunitárias, objetivando erradicar a fome e a miséria no país.



O PAPEL DA
EDUCAÇÃO
NUTRICIONAL NO
PLANO NACIONAL DE
ABASTECIMENTO
ALIMENTAR

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO PLANO NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A educação nutricional surgiu no Brasil na década de 1940, quando um profissional de saúde visitava as casas e ensinava a população a alimentar-se preparando os alimentos. Esta ideia não foi aprovada pela população. Nas décadas de 50 a 60, a educação nutricional voltou a ser lembrada como uma ferramenta com o objetivo de incentivar o consumo de soja, por ser um produto de exportação, o que beneficiaria a economia.

Nas décadas de 70 e 80, a educação nutricional foi vista como prática repressora que feria a liberdade de expressão. No início dos anos 1990, após realização da Pesquisa Nacional sobre nutrição e saúde, o Ministério da Saúde apontou um aumento na obesidade de mulheres de baixa renda; e estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciou um aumento importante no consumo de alimentos industrializados calóricos, ricos em açúcar, gorduras e sal e a diminuição no consumo de frutas, hortaliças, cereais e leguminosas e também no consumo de alimentos regionais. A constatação científica de que a má alimentação é um fator de risco para o desenvolvimento de várias doenças fez com que a educação nutricional fosse lembrada.

Nos últimos anos, a segurança alimentar foi traçada como meta de governo e trouxe novos desafios à educação nutricional, como valorizar a alimentação através do incentivo ao acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e quantidade suficiente, com práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, econômica e ambiental.

Frente aos novos desafios de políticas públicas em segurança alimentar, a educação nutricional volta a ser um importante instrumento para fortalecer os conceitos que permeiam essa temática. Como o DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada), que compreende o acesso ao alimento como direito humano fundamental para garantir a dignidade humana, e a Soberania Alimentar, que compreende a participação do povo nas definições das políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos de acordo com cada cultura e região.

Neste contexto, a educação nutricional tem o desafio de promover o conhecimento destes conceitos, mas respeitando as especificidades conceituais. Portanto, o papel da educação nutricional vai além de promover práticas alimentares saudáveis, mas educar o indivíduo para contribuir para construção de políticas públicas voltadas para alimentação.

As ações de educação nutricional no Brasil acontecem principalmente em equipamentos públicos, como banco de alimentos, restaurante popular e cozinhas comunitárias focados na

população de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e nutricional. Nas escolas e sociedade, ainda são pouco trabalhadas.

Diariamente, somos expostos ao grande apelo da indústria de alimentos, que incentiva todos os dias a população brasileira a alimentar-se de forma inadequada através de anúncios na mídia, o que leva a escolha de alimentos calóricos e pobres em micronutrientes. Este tipo de escolha está levando a população brasileira a um estado de obesidade. Estudo recente realizado pelo Ministério da Saúde mostrou que 48,5% da população brasileira está acima do peso, um aumento de 5,8% de 2006 a 2012. Esses números demonstram que ainda há muito que fazer para melhorar a alimentação do brasileiro.

Para melhorar o hábito alimentar da população brasileira, são necessárias novas estratégias de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como incentivo ao consumo a alimentos saudáveis. E um importante equipamento público nesta ação são as centrais de abastecimento, que têm um grande potencial em trabalhar esta temática, pois conseguem atingir de forma direta públicos variados, como: população em situação de vulnerabilidade social e nutricional; alunos e professores de escolas e universidades públicas e privadas; consumidores finais de várias classes sociais; produtores rurais e toda população flutuante da Ceasa (funcionários, comerciantes, empresários, consumidores varejistas e atacadistas), entre outros, seja através de programas como banco de alimentos ou centros técnicos existentes na maioria das ceasas.

Para promover efetivamente a educação nutricional da população brasileira é necessário que sejam trabalhados conceitos de políticas públicas, educação, nutrição e saúde, como:

DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada)

Soberania Alimentar

Segurança Alimentar

Produção de alimentos

Boas práticas de manipulação de alimentos

Nutrição Humana

Doenças crônicas não-transmissíveis

Alimentação Saudável

A educação nutricional vem sendo trabalhada por décadas sem grandes êxitos, mas, atualmente, a população brasileira tem sofrido com a má alimentação, pois o número de brasileiros que desenvolveram as chamadas doenças crônicas não transmissíveis vem crescendo, sufocando todo

o sistema público. Ações simples, mas contínuas, de educação nutricional trarão grandes benefícios à população.

Portanto, a implantação de políticas públicas voltadas para o abastecimento alimentar é fundamental para garantir à população brasileira o que está explícito no conceito de segurança alimentar e nutricional: *“direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”*



PROPOSTA
PARA RECUPERAÇÃO
DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO

PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

- RECEASA

INTRODUÇÃO

As características da produção, do consumo e dos produtos hortícolas frescos exigem a existência de centros eficientes de recebimento, consolidação e de distribuição, funções que só podem ser desempenhadas pelas ceasas.

A ceasa é o "umbigo do mundo" hortícola, o lugar por onde tudo passa e onde tudo acontece e onde é possível alavancar a modernização da produção e da comercialização, pela perspectiva de lucro e de melhoria de vida.

A situação atual das centrais de abastecimento exige, com grande urgência, um programa de reestruturação, semelhante ao RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, criado e gerenciado pelo governo, para reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuárias, objetivando o desenvolvimento autossustentado, geração e melhoria da produção, do emprego e da renda das cooperativas.

O RECEASA permitirá a transformação das centrais de abastecimento em centros eficientes de consolidação e distribuição dos produtos e em centros de informação, desenvolvimento, capacitação, controle de qualidade e de apoio ao pequeno produtor, ao pequeno varejo e ao pequeno serviço de alimentação, com isso eliminando ou diminuindo as atuais distorções em favor dos grandes e favorecendo a concorrência leal.

ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

1ª Estabelecimento de padrões mínimos de infraestrutura, de operação, de serviços, de gestão e de sustentabilidade econômica para o funcionamento adequado de uma Ceasa.

2ª Criação de um fundo e de um programa de financiamento para a recuperação das centrais de abastecimento – RECEASA, a exemplo do que foi feito com o RECOOP – Programa de Recuperação das Cooperativas Agropecuárias.

3ª Avaliação do grau de atendimento aos padrões mínimos de funcionamento e gestão das ceasas que se inscreverem no RECEASA.

4ª Estabelecimento de um programa de recuperação para cada Ceasa inscrita, que envolva todos os aspectos da sua operação, do custo do financiamento e das etapas que deverão ser seguidas.

5ª Liberação parcelada dos recursos contra o cumprimento das etapas preestabelecidas, de modernização da gestão, de capacitação de pessoal, de prestação de serviços e de infraestrutura.

A photograph of a market stall, likely a free market or municipal market, showing large sacks of produce (possibly corn or beans) in the foreground. A person is visible in the background, working at a table. The image is overlaid with a yellow filter.

AS FEIRAS LIVRES E
OS MERCADOS
MUNICIPAIS COMO
FERRAMENTAS DE
INTEGRAÇÃO DA
CADEIA DO
ABASTECIMENTO
NACIONAL

AS FEIRAS LIVRES E OS MERCADOS MUNICIPAIS COMO FERRAMENTAS DE INTEGRAÇÃO DA CADEIA DO ABASTECIMENTO NACIONAL

Projeto a ser desenvolvido a nível nacional com o objetivo de adequar as feiras livres e os mercados municipais de abastecimento para as novas demandas da sociedade.

Introdução

As feiras livres surgiram no Brasil com as tentativas de colonização do território nos meados do século XVIII. Inicialmente tinham o papel de abastecimento das novas aglomerações populacionais, paulatinamente foram se constituindo em importantes instrumentos de convívio social e organização econômica daqueles povos.

O fornecimento dos produtos comercializados advinha dos próprios excedentes de produção, visto que naquele momento a agricultura de subsistência das feiras livres estava diretamente relacionada à livre condição de acesso direto do produtor ao "mercado" e concomitantemente ao consumidor. Neste ambiente, as feiras livres surgem como uma proposição natural às demandas da sociedade da época, que tinham no "escambo" a forma de satisfazer suas necessidades de consumo.

Os mercados municipais brasileiros, historicamente podem ser considerados com uma "evolução natural" das feiras livres.

Surgiram no país no início do século passado e, naquele momento foram criados com o objetivo de fornecer um espaço, limitado para a comercialização de produtos do gênero alimentício, típicos regionais, espaços sociais de convivência, gastronômicos e culturais. Outra característica deste importante instrumento de abastecimento alimentar foi a necessidade de efetuar e organizar o processo de comercialização amplamente adotadas nas feiras livres, que eram organizadas com baixo padrão de higiene.

Estes mercados antecederam ao surgimento das Centrais de Abastecimento brasileiras, visto que, com o grande crescimento populacional, sobretudo a partir da década de 1940, tais mercados não mais eram capazes de atender à crescente demanda da população.

O consumidor atual é mais exigente com os padrões de qualidade dos produtos. E essa qualidade somente é obtida com o manuseio adequado, com higienização e organização da oferta. As feiras livres e mercados municipais precisam se adequarem a essa nova realidade e promoverem as condições necessárias para que cheguem até o consumidor final produtos de qualidade e seguros.

– **Importância do tema**

No Brasil, a agricultura familiar vem, ao longo dos últimos anos sendo constantemente beneficiada por políticas públicas e tem dado grande contribuição para o crescimento do país na última década. É constituída por pequenos e médios produtores rurais, representando 20% das terras e contribuindo com 30% da produção total brasileira. Está distribuída em aproximadamente 4,5 milhões de estabelecimentos, sendo que quase 50% deste montante apresenta severos problemas socioeconômicos.

Este segmento detém relevante importância na economia das pequenas cidades do país, sendo que estes produtores e seus familiares são responsáveis por um grande número de empregos no comércio e nos serviços prestados nestes pequenos municípios.

O acesso do agricultor familiar a um eficiente canal para comercialização de seus produtos pode ser considerado um dos maiores gargalos para o pleno desenvolvimento deste setor. A atividade associativa ainda necessita avançar bastante no país.

Estes pequenos produtores rurais, via de regra, atuam de forma individual e descoordenada no mercado, potencializando assim todas as dificuldades impostas pelo próprio processo.

A revitalização das feiras livres e dos mercados municipais é extremamente importante para esses pequenos produtores, uma vez que nesses espaços eles teriam contato direto com o público consumidor, restringindo assim, a ação de intermediários, resultando em melhor nível de renda para o pequeno produtor.

– **Cenário nacional do tema**

Atualmente, as feiras livres e os mercados municipais são geridos pelo próprio município. Apesar de não existir um diagnóstico amplo e atualizado que retrate o atual estágio destes dois importantes instrumentos sócio - econômicos, graves deficiências estruturais e conceituais são comumente observadas neste contexto.

Com o surgimento das grandes Ceasas no Brasil, a partir do final da década de 1960, a centralização do abastecimento alimentar da população dos grandes centros urbanos, sobre tudo aquele vinculado à oferta de hortigranjeiros, apresentou uma brusca alteração de origem. As feiras e os mercados municipais não mais eram suficientes para atender o grande potencial de consumo da população. Também é importante citar que, com as novas perspectivas de comercialização vieram novas demandas do próprio consumidor. A desorganização, a fragmentação, a falta de regularidade na oferta e a ausência de padrões de qualidade e higiene passaram a não mais ser aceitáveis, com isso a atuação das feiras livres e dos mercados municipais sofreram grande revés.

Nas décadas que seguiram o governo federal canalizou estudos no sentido de implementar uma vasta rede de centrais de abastecimento, que deveriam atender os grandes centros urbanos, de forma eficiente, inclusive ocorrendo uma capitalização na abrangência da ação destas CEASAS, rumo ao interior dos estados.

Por outro lado, os municípios que passaram a ser atendidos no processo de ampliação e capitalização do raio de ação das CEASAS relegaram as feiras livres e mercados municipais a um patamar de inferioridade, sobretudo no que tange a investimentos de infraestruturas, modernização, marketing e adequações às novas demandas da sociedade moderna.

O resultado deste investimento foi um grande sucateamento dos mercados municipais, sobretudo aqueles localizados em municípios do interior, uma grande desestruturação das feiras livres, inclusive com o afastamento do produtor rural desta importante atividade. Também é notada grande carência de incentivo à manutenção do produtor rural a estes mercados.

Esta realidade ocorrida nos municípios interioranos de menor porte contrasta diretamente com algumas experiências de sucesso ocorridas em algumas das grandes cidades brasileiras. Nestes exemplos, os mercados municipais conseguiram, a partir da ação de seus comerciantes, romperem as amarras institucionais resultando numa indelével modernização e sucesso de sua operacionalização, tais como os mercados municipais da cidade de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, entre outros podem ser citados como exemplos exitosos em que ocorreu a eficiente adequação de suas operações, sem contudo abandonar suas raízes históricas.

– **Cenário internacional do tema**

Recentemente a Europa, promoveu uma remodelação das Feiras Livres e Mercados Municipais de Abastecimento através de uma legislação que contemplava a preservação cultural, gastronômica/culinária da região e promovia o alimento seguro “food safe” a todos os agentes envolvidos na comercialização de alimentos, respeitando as características e costumes regionais.

A WUWM (Associação mundial de mercados de abastecimento) possui um departamento específico para tratar de assuntos de Mercados Municipais de Abastecimento e anualmente promove conferências de mercados de varejo para estes agentes, com o intuito de promover e fortalecer o setor.

Podemos perceber que o trabalho desenvolvido pela WUWM na Europa, pode ser desenvolvido pela ABRACEN no Brasil, com o objetivo de mapear e retratar a realidade dos mercados de Feiras Livres e Mercados Municipais de Abastecimento que possuem gestão pública no provimento de alimentos ao consumidor final, e promover o setor hortigranjeiro com objetivo de saneamento de

gargalos e proposição de aperfeiçoamento de processos que já se mostram exitosos na promoção do abastecimento alimentar da população.

– **Proposição**

Por serem importantes instrumentos de comercialização para os pequenos produtores rurais constitui proposta do presente trabalho o mapeamento e diagnóstico nacional das principais feiras livres e mercados municipais do país como uma forma de subsidiar o governo federal em suas políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

A partir do conhecimento da realidade desses dois canais de comercialização de hortigranjeiros, será possível desenvolver e implantar políticas públicas que fortaleçam tanto o pequeno produtor rural com melhoria de sua renda quanto o consumidor final que contará com produtos de qualidade a preços mais acessíveis.

An aerial, top-down view of a modern architectural complex. The buildings feature prominent green roofs and are arranged around several courtyards. Some courtyards contain trees and walkways. The overall design is clean and geometric, with a focus on green spaces and natural light. The entire image is overlaid with a semi-transparent green filter.

EVOLUÇÃO DA
ESTRUTURA FÍSICA,
CADEIA DE FRIOS,
LOGÍSTICA E EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA

A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA, CADEIA DE FRIOS, LOGÍSTICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

As centrais de abastecimento brasileiras estão sucateadas e é necessário um novo marco legal para garantir a segurança alimentar da população. As ceasas começaram a perder força no final da década de 1980 porque o país passava por uma crise econômica muito séria, abandonando as centrais de abastecimento. Hoje, o governo tem se preocupado muito com a segurança alimentar e retomou essa discussão. Somos um sistema que gera mais de 200 mil empregos diretos no país. Mais de 90% da população brasileira é alimentada por hortaliças e frutas que passam pelas centrais de abastecimento.

Há de se criar novos incentivos para modernizar o sistema que não se restrinjam às centrais de abastecimento, mas que vão desde a produção até o consumo de frutas, verduras e hortaliças. O projeto também deve criar um sistema de rastreabilidade para garantir oferta maior e qualidade de hortigranjeiros na mesa do consumidor.

A degradação física do sistema de abastecimento passa, muito diretamente, pela falta de manutenção. A conservação das centrais de abastecimento é uma questão bastante peculiar. Tem características mistas de um complexo industrial, uma cidade e um *shopping*. É notória a degradação de infraestrutura das Ceasas e armazéns, sua debilidade logística e ineficiência para responder às demandas da rede supermercadista e dos novos consumidores. Os investimentos na conservação da infraestrutura da maioria das Ceasas sempre foram aquém da necessidade. O abandono das centrais de abastecimento pelo Governo Federal, com a extinção do Sinac, em 1988, e a prevalência absoluta do ponto de vista financeiro sobre outras considerações de estratégias da empresa também fizeram com que as Ceasas, sobretudo as fundadas na década de 1970, se degradassem vertiginosamente ao longo dos anos.

Com o advento do Prohort e da Abracen, que, dentre outros objetivos, têm a tentativa de resgate dos rumos das centrais de abastecimento, surgiram então os primeiros debates sobre a revitalização dos entrepostos. Tecnologia e profissionalização são fatores pouco lembrados quando se trata de manutenção. Entretanto, a falta de planejamento, de inovações tecnológicas e de investimento tem sido fator determinante na desvalorização do nosso sistema de abastecimento.

Aliada à deficiência de pessoal e ingerência, talvez seja o que mais contribui com a falta de manutenção adequada nas centrais de abastecimento. Com documentações desatualizadas, os gerentes de manutenção, muitas vezes, têm que buscar respostas dentro da memória dos antigos funcionários, ficando, assim, susceptíveis a erros e atrasos totalmente desnecessários e onerosos. Retratos da renúncia do Estado. O que vemos em boa parte das Ceasas é que a manutenção é tratada

como uma peça de “quebra-galhos” ou uma equipe para “apagar incêndios” quando solicitada. Isso não é exclusividade das Ceasas, mas de empresas em geral sem projetos para a área. É necessário investir em manutenções preditivas, já que desoneram o processo e reduzem os impactos de desligamentos, fechamento de áreas, etc. A maioria das manutenções corretivas e boa parte das manutenções preventivas incorrem na interrupção do comércio ou quebra da cadeia do frio, o que traduz diretamente em prejuízos financeiros.

No fim dos anos 1960, um dos graves problemas enfrentados pelo comércio atacadista, que acontecia nas ruas, era o grande movimento de veículos. Isso foi também motivação para criação das centrais de abastecimento, naquela época, afastadas dos grandes centros urbanos. Naturalmente, o arruamento, pavimentação e capeamento asfáltico, sinalizações, distância entre pavilhões, etc. foram concebidos segundo a realidade da época. Os caminhões só começaram a ser fabricados no Brasil em 1957 e, com os veículos, a necessidade de aumento da área rodoviária. Nos anos em que as Ceasas foram criadas, a malha rodoviária pavimentada dobrou. Nesses 40 anos, o Brasil mudou muito o perfil da frota. De início – até mesmo pela deficiência de estradas – os caminhões preferidos eram os médios. Na década de 1960, eles dominavam com 80% de participação. Leves e pesados tinham cada um em torno de 10% cada. Nos anos 1970, segundo a Fraga Serviços de Marketing, os médios ainda continuaram mandando, com 70% do total. Os leves pularam para 20%. Os pesados (7%) e os semipesados (3%) somavam 10%. Na década de 1980, os médios tinham 50% da comercialização, os leves, 32%, os pesados, 12%, e os semipesados, o restante. Nos anos 1990, os médios (37%) e leves (31%) estavam perto. Os pesados/extrapesados detinham 30% do mercado. Os semipesados ficaram com o saldo.

Essa nova realidade fez com que o trânsito nas hipercentrais de abastecimento brasileiras se tornasse caótico em algumas unidades. O comprimento total da maioria dos caminhões era de menos de 10 metros, enquanto, hoje, boa parte da frota que transita pelas Ceasas tem mais de 20 metros de comprimento. A infraestrutura não estava preparada para isso e carece de investimentos para a nova realidade. O que podemos observar é que os centros urbanos já se achegaram às centrais e a infraestrutura, que naquela época era preparada para o tamanho dos veículos e do fluxo, já não mais atende nas hipercentrais. Podemos verificar grandes congestionamentos que não se limitam mais às áreas internas da Ceasa, mas já invadiram o entorno, prejudicando a movimentação de veículos e pessoas que nem fazem parte do sistema atacadista.

Assim como a movimentação viária, os estacionamentos são também um problema para as grandes centrais de abastecimento, essencialmente pelos mesmos motivos. Em algumas centrais, por exemplo, o estacionamento por cima das calçadas é uma realidade, o que prejudica diretamente a segurança dos pedestres e degrada ainda mais a infraestrutura com a quebra de calçadas, postes,

caixas de passagem, etc. Há necessidade urgente de investimentos em estacionamentos verticais e em projetos modernos de trânsito.

Há de se pensar seriamente na eliminação do transporte interno através de carrinhos de madeira, do século XIX, e introdução gradativa do transporte por empilhadeiras.

Algumas ações que estão para serem realizadas nos entrepostos das Ceasas, em geral, mas necessitam de investimento governamental:

Substituição dos telhados existentes nas CEASAS por telhas modernas como Zipadas;

Substituição das Testeiras de Concreto nos pavilhões antigos por Painéis Metálicos, tendo em vista o melhor custo-benefício;

Colocação de Painéis Solares em cima dos telhados nos pavilhões, visando economizar energia elétrica;

Colocação de telhas transparentes nas coberturas dos pavilhões afim de servir como clarabóias;

Construção de Estacionamentos Verticais;

Raspagem e repintura de toda a estrutura metálica dos pavilhões;

Adequação dos banheiros públicos, para melhor padrão de higiene e adequação às normas de acessibilidade;

Troca do piso das áreas de comercialização não-permanentes, adequando-os às mais severas condições de tráfego;

Reestruturação dos módulos dos mercados livres a fim de se poder programar a paletização;

Recapeamento Asfáltico;

Revitalização das tubulações de água e esgoto.

A logística é uma área bastante carente de investimentos. Conforme levantamentos da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Papaya, nossos aeroportos quebram a cadeia de frio, refletindo diretamente na qualidade das frutas. O transporte rodoviário, devido às condições das estradas, também não oferece condições favoráveis para FLVs, ocasionando variações inaceitáveis de temperatura, tendo como resultado prejuízos de qualidade e, portanto, financeiros na comercialização.

Não só o transporte, mas a armazenagem governamental são as áreas mais carentes de investimentos na área da cadeia de frio. Não dispomos de armazéns ou áreas refrigeradas licitáveis para que a cadeia do frio não se quebre. Como consequência as perdas de produtos refrigerados vão desde a pós-colheita até a venda ao consumidor.

A falta de preocupação governamental em eficiência energética na área de abastecimento é gritante. Mesmo sendo uma área em que o retorno do capital investido é rápido e facilmente mensurado. As centrais de abastecimento são um convite a este tipo de investimento, sobretudo por contratos de desempenho, por meio dos quais podem ser realizados serviços como:

- Diagnóstico de comportamento histórico e atual do consumo, levando-se em questão a sazonalidade, visto que, na área do abastecimento, grande parte da energia é convertida em frio;
- Análise das faturas de energia e contratos com as concessionárias, buscando-se a melhor modelagem entre o consumidor livre, cativo ou incentivado;
- Conhecer e propor melhorias no perfil de utilização da energia;
- Promover a conscientização do uso racional da energia elétrica;
- Buscar outras formas de energia como o calor, para produção do frio etc.

Apesar da diferenciada característica dos entrepostos e armazéns brasileiros, as ações para melhoria na estrutura física, logística e eficiência energética devem estar amparadas em um órgão governamental centralizador que poderá promover a excelência na coordenação dos projetos e dos recursos.



RASTREABILIDADE DA
CADEIA PRODUTIVA DE
HORTÍCOLAS

RASTREABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE HORTÍCOLAS

Introdução

No atual cenário mundial de comercialização de produtos hortícolas, as ocorrências de contaminações e a má qualidade de produtos comercializados têm aumentado a preocupação dos consumidores e dos governantes com a qualidade dos produtos. Rastreabilidade, segundo a Organização Internacional para a Normalização (ISO 8402:1994), é definida como “a habilidade de rastrear a história, aplicação ou localização de uma entidade através de identificação registrada”. A essência da rastreabilidade está no desenvolvimento de sistemas que forneçam informações sobre todo o ciclo de vida dos produtos alimentares, “do campo – ou mar – até a mesa do consumidor” (FAO, 2005).

A rastreabilidade ainda é uma atividade recente na cadeia agroalimentar, apesar de difundida em outros setores produtivos. Com a globalização e a formação de blocos econômicos, o sistema internacional de alimentos teve um aumento dos níveis de exigências. Os perigos constantes relacionados aos alimentos receberam atenção especial por parte dos consumidores e tornaram-se uma questão estratégica para indústria, varejo e órgãos públicos.

Em face desses desafios, a adoção de ferramentas de gestão da segurança e da qualidade para frutas e hortaliças vem crescendo significativamente em vários países, norteados diversos processos de comercialização, sendo utilizada, em alguns casos, como barreira não-tarifária para produtos exportados para os mercados da comunidade Europeia, Americana e Asiática.

Planos de ações de segurança dos alimentos devem ser adotados pelos produtores, nas etapas de cultivo, colheita, classificação, embalagem, transporte até a distribuição, com a finalidade de aumentar a qualidade sanitária do produto comercializado. Ações como o Programa Alimentos Seguros (PAS-Campo) têm contribuído, na produção primária, para a melhoria da segurança e da inocuidade de frutas e hortaliças no Brasil (SENAI, 2000).

Na produção de hortícolas existem duas principais dificuldades à geração de um processo de rastreabilidade que se concentra na mudança para um sistema ainda desconhecido por muitos produtores, incluídos os custos que estão inseridos nessa mudança e na mudança do sistema de gestão desses produtores, que na maioria das vezes não dispõem de sistema de gestão e controle.

O objetivo da proposta de rastreabilidade da cadeia produtiva de hortícolas é criar um modelo de rastreamento baseado em codificação para uso nacional podendo ser inserido no Plano Nacional de Abastecimento – PNA.

Importância do Tema

Registrar e transmitir informações sobre produtos alimentares em pontos específicos ao longo da cadeia de distribuição com vários propósitos práticos, incluindo o controle da qualidade do produto indo até a gestão da cadeia de suprimentos. Os principais objetivos são:

- Diferenciar e comercializar produtos alimentares com atributos de qualidade subentendidos ou não detectáveis.
- Facilitar o retorno de informações na cadeia produtiva em relação à segurança alimentar e à qualidade.
- Melhorar o gerenciamento da cadeia de fornecedores e clientes.

Referência Nacional do Tema

O Brasil, sendo destaque no mercado internacional de produtos agrícolas, tanto como produtor quanto como exportador, usa o sistema de rastreabilidade nas cadeias de carne bovina, soja e frutas, para satisfazer principalmente os regulamentos da União Europeia. No setor frutícola, por exemplo, a rastreabilidade está sendo feita por meio das produções integradas e do Protocolo GLOBALGAP, cujas normas de regulamentação estabelecem o registro e o controle de todas as atividades da produção.

Referências Internacionais do Tema

No Reino Unido, a rastreabilidade tornou-se uma questão de grande importância para os consumidores e varejistas que abastecem o mercado. Os varejistas organizaram a cadeia alimentar de modo a garantir e controlar por auditoria o máximo nível de qualidade. Descobriram ainda que podiam obter vantagens comerciais em alguns fatores ligados à obrigação de comprovar a origem dos alimentos. Com a finalidade de conseguir o maior volume de vendas possível num mercado deprimido, os próprios produtores têm desenvolvido múltiplos dispositivos de garantia de qualidade (PETTITT, 2001).

Proposição

- 1) Procedimentos gerais aplicados a todas as ceasas

1.1) Criação de um Cadastro Nacional de Produtores gerenciado pelo Mapa, através de Superintendências Federais de Agricultura de cada Estado, ou órgãos estaduais ou federais conveniados, sendo responsável pela atualização do cadastro e fiscalização. O cadastro será acessado via CPF ou pelo Código do Cadastro Estadual.

1.2) Criação de um Sistema de Codificação Nacional para circulação de produtos nas ceasas, que será disponibilizado para os órgãos fiscalizadores como o Mapa, Anvisa, etc., contendo as seguintes informações codificadas:

- Código do Produto – representado por letra do alfabeto brasileiro combinada à numeração, em algarismo arábico, acompanhada de uma das siglas "CE (Categoria Extra); CI (Categoria I); CII (Categoria II); CIII (Categoria III) e CIV (Categoria IV), que representa a categoria de defeitos do produto com base nas Normas Brasileiras de Classificação de Produtos Hortícolas. Para os produtos fora do padrão será usada a sigla FP. Para produto que não tem padrão de qualidade definido pela Norma Brasileira será estabelecida a sigla SP (Sem Padrão).
- Código do Estado de origem do produto – será representado por duas letras;
- Código do Município de origem do produto – será representado por letra e numeração.

2) Procedimentos Específicos a cada ceasa

2.1) Códigos complementares ao item 1.2

- Código do Cadastro Estadual – código que identifica o produtor, intermediário ou atacadista que será representado por duas letras (nome e sobrenome principal), numeração e letra da classe de fornecedor.
- Código do Lote – código que identifica a saída do produto, no qual deve constar o número da saída e data da saída.

Considerações Gerais:

- As ceasas que possuem Central de Embalagens deverão usar a rotulagem nas caixas padrão de acordo com as Normas Brasileiras de Classificação de Produtos Hortícolas contendo também os códigos anteriormente citados em local específico do rótulo;
- Os produtos comercializados em outras embalagens deverão ser rotulados e com os códigos propostos;

- Os intermediários e atacadistas deverão colocar, posteriormente ao seu código, os códigos anteriores para efeito de rastreamento do produto;
- Qualquer irregularidade relacionada à segurança alimentar prevista na legislação brasileira será notificada no Cadastro Local do produtor, intermediário ou atacadista, atribuindo-se penalidades de acordo com as normas de cada ceasa;
- A reincidência da irregularidade será registrada no Cadastro Nacional, sujeita a penalidades de acordo com as Normas Gerais atribuídas pelo órgão gerenciador/fiscalizador.
- Não será possível fazer o rastreamento em produtos não embalados.

PROPOSTA DE CODIFICAÇÃO DE RASTREAMENTO USANDO UM MODELO UNIFICADO PARA RÓTULOS OU ETIQUETAS

Exemplo de codificação de Produtor

Código: A1CIIPEP1JS15P(L1090512)

A1 – Abacaxi

CII – Categoria II ou Classe II

PE – Pernambuco

P1 – Pombos

JS15 – José da Silva – nº 15 (Código do Cadastro Estadual)

P – Produtor

(L1090512) – saída nº1 do dia 09/05/12

Exemplo de codificação de Atacadista

Código: A1CIIALM1RM35A(L5100512)-A1CIIPEP1JS15P(L1090512)

A1 – Abacaxi

CII – Categoria II ou Classe II

AL – Alagoas

M1 – Maceió

RM35 – Roberto Moura – nº 35 (Código do Cadastro Estadual)

A - Atacadista

OBS: A codificação do Atacadista deverá ser acompanhada da codificação do Produtor*

Benefícios, Desafios, Ganhos para a Sociedade, Ambiente e Financeiro em inserir esse tema no Plano Nacional de Abastecimento.

O sistema contribuirá para uma maior segurança e qualidade dos produtos; redução de perdas; maior competitividade; atendimento às exigências do mercado; ampliação de mercado, incluindo exportação; atendimento a eventuais ações judiciais e atendimento à legislação. Fornece as diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços e na área de alimentos, bem como relaciona os conhecimentos básicos necessários aos responsáveis técnicos.

DESENVOLVIMENTO DE
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE
HORTIGRANJEIROS
APLICADO AO MERCADO
ATACADISTA BRASILEIRO



DESENVOLVIMENTO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE HORTIGRANJEIROS APLICADO AO MERCADO ATACADISTA BRASILEIRO

Proposta técnica a ser desenvolvida pelo Departamento Técnico da CeasaMinas, com o objetivo de se produzir índice mensal de preços aplicados aos produtos hortigranjeiros comercializados nos entrepostos atacadistas brasileiros – **IGP- HORT BRASIL**.

Introdução

Diante da importância do abastecimento de hortigranjeiros para o país, faz-se necessário empreender esforços no sentido de se promover a modernização do setor atacadista, privilegiando a segurança alimentar e o equilíbrio de preços.

Assim, a proposta é a criação de metodologia do índice IGP-HORT BRASIL, o qual será um índice de preços aplicados aos produtos hortícolas comercializados nas centrais de abastecimento brasileiras.

Em resumo, podemos dizer que o IGP-HORT BRASIL será um número que indicará a variação média dos preços no segmento atacadista de hortigranjeiros, em relação aos de um período de referência.

Importância do tema

Podemos destacar que a criação do índice beneficiará produtores de frutas, legumes e verduras, segmentos representativos do comércio atacadista e varejista, bem como a sociedade que passa a contar com mais um indicador de variação de preços. Democratiza ainda as informações mercadológicas obtidas a partir da atuação das Ceasas, de modo a fornecer informações estratégicas para todos os agentes da cadeia comercial, que vai desde o produtor, passando pelo comerciante, chegando ao consumidor final.

Atualmente, os institutos de pesquisa trabalham com indicadores que refletem uma extensa e variada gama de variáveis, porém, nenhum destes números reflete diretamente as oscilações apresentadas pelos produtos de origem hortigranjeira comercializados nas centrais de abastecimento brasileiras. Esta carência de informação e acompanhamento faz com que a natural sazonalidade na comercialização deste tipo de produto adquira proporções grandiosas, gerando, assim, grande desconforto e desinformação a toda a população.

A criação do IGP-HORT BRASIL contribuirá decisivamente no processo de modernização das centrais de abastecimento brasileiras trazendo, de imediato, benefícios para a cadeia agrícola como um todo.

Referência nacional

No Brasil, a CEAGESP é pioneira neste tipo de ação e publica mensalmente, há alguns anos, um índice de acompanhamento que reflete as oscilações médias de uma cesta dos principais produtos comercializados em seus entrepostos.

Proposição metodológica

As análises que instituirão o cálculo do IGP-HORT BRASIL adotarão técnicas estatísticas que contemplam as mais usadas metodologias de cálculo de índices de preços, tais como Laspeyres e Laspeyres Modificado.

O índice de preços de Laspeyres trata-se de uma média ponderada de relativos, tendo os fatores de ponderação calculados a partir de preços e de quantidades da época básica ou de referência. Por conseguinte, o índice de preços de Laspeyres para um conjunto de produtos, em um período t , é uma média aritmética ponderada dos preços relativos dessas mercadorias, utilizando como fatores de ponderação, os valores monetários de cada mercadoria vendida na época básica.

O desenvolvimento e validação da metodologia utilizada ficará a cargo de equipe de técnicos e consultores externos. A presença destes agentes exógenos traz boas perspectivas, visto que a intenção é a junção da experiência mercadológica dos técnicos das ceasas com a visão técnica e acadêmica dos consultores. Dessa forma, espera-se que o indicador desenvolvido consiga refletir de forma eficiente todas as principais variáveis que atuam no processo de comercialização.

A proposta de desenvolvimento deste indicador é que ele seja criado a partir de um módulo básico, com metodologia que poderá ser replicada em todos os mercados atacadistas brasileiros, devendo, pois, serem realizadas as adequações e ponderações necessárias relativas às especificidades apresentadas de cada Ceasa. Dessa forma, surgirão ao longo do tempo diversos índices de comercialização em todo o país, porém, todos com uma mesma metodologia de cálculo, o que facilitará e validará seus acompanhamentos e avaliações temporais.

Impacto no sistema de abastecimento

O projeto de implantação do índice será compatível e aplicável às ceasas brasileiras. No entanto, para viabilizar o projeto, serão necessárias adaptações às realidades e especificidades de cada entreposto.

Proposição

O desenvolvimento de um Índice Geral de Preços de Hortigranjeiros comercializados nas ceasas brasileiras deverá ser uma ação capitaneada por um órgão centralizador, de forma que todos as centrais poderão participar, a partir de suas experiências, porém, o resultado deverá refletir apenas uma metodologia e processo de cálculo.



ESTUDO
CONJUNTURAL DE
MERCADO DAS
CEASAS (NACIONAL)

ESTUDO CONJUNTURAL DE MERCADO DAS CEASAS (NACIONAL)

1. Introdução

Os mercados ou entrepostos atacadistas são espaços econômicos ou sociais diversificados que reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviço, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social.

As Ceasas foram criadas com o objetivo de melhorar o sistema nacional de abastecimento através da institucionalização dos mercados regionais e do aumento da produtividade e da estrutura de distribuição. Alguns resultados importantes foram observados a partir da criação das Ceasas, como a contribuição no combate à elevação dos preços dos gêneros alimentícios, na organização do mercado e na formação das cadeias produtivas.

Segundo dados extraídos das informações gerenciais do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), em 2011, passaram pelas centrais de abastecimento brasileiras cadastradas no sistema de Informações de Mercado BI (Business Intelligence) da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - mais de 8 milhões de toneladas de hortigranjeiros com uma movimentação financeira de quase R\$ 12 bilhões. É inquestionável, portanto, a importância que assumem essas centrais no abastecimento alimentar da população brasileira.

Daí a relevância de uma publicação nacional que demonstre o papel desempenhado por esses centros no apoio à logística de comercialização, que tem como intuito promover as condições necessárias para que cheguem até o consumidor final produtos de qualidade a preços acessíveis.

2. Importância do tema

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela lei 11.346 de 15 setembro de 2006 com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, definiu em seu artigo 4º a abrangência da segurança alimentar e nutricional nos seguintes moldes:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

A publicação de uma conjuntura econômica nacional dos centros de abastecimento, pela importância do volume de ofertas que são comercializados nesses entrepostos, contribuirá para a consecução dos propósitos acima enumerados na medida em que permitirá a identificação de possíveis entraves que possam eventualmente interferir na qualidade e nos preços dos hortigranjeiros que chegam até o consumidor final.

A partir do acompanhamento das movimentações mercantis dos entrepostos, consegue-se diagnosticar a realidade vivenciada pelos agentes envolvidos na comercialização, sejam produtores, concessionários e compradores. E diante das necessidades e dificuldades enfrentadas por esses agentes, cabe ao governo federal, via centrais de abastecimento, implementar políticas públicas visando organizar e equilibrar o sistema de abastecimento.

De forma que a mensuração de variáveis, como volume comercializado, preço médio, procedência, perspectivas de mercado e aspectos gerais de comercialização a nível nacional desses pujantes mercados atacadistas, consubstanciará as informações técnicas de que o Prohort necessita para as formulações da Política Nacional de Abastecimento.

3. Cenário Nacional do tema

Trabalho semelhante a este foi desenvolvido entre as décadas de 1970 e 1980 pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) através do Grupo de Acompanhamento e Análise(GAA). A publicação com uma tiragem mensal de aproximadamente 520 exemplares refletia a situação conjuntural dos sete principais produtos hortigranjeiros comercializados à época nos mercados atacadistas oficiais. Através da abordagem da comercialização do mês recém-findo, aspectos gerais da produção e perspectivas para o próximo período, o trabalho demonstrava o que estava acontecendo no mercado de cada um dos produtos abordados.

Para a época, a importância do trabalho foi assim traduzida:

“Dentro deste contexto, essa publicação vem sendo útil nos processos de decisão da

Companhia, sobretudo no que tange as suas operações comerciais; ao Ministério da Agricultura e Abastecimento (SNAP, SNAB, SIMA, SESAC etc.), na formulação de políticas específicas para produtos, como ocorreu recentemente na elaboração do Programa de Produção e Comercialização de Hortaliças e Programa de Legitimação dos

Planos Nacionais de Produção e Abastecimento do alho, batata e cebola; à Embrapa, na seleção dos produtos que devem merecer maior atenção em termos de pesquisa; à Embtarder, como subsídio aos seus extensionistas, tendo a Emater/MG solicitado recentemente a sua remessa para todos os 19 Escritórios Regionais em Minas Gerais; às Secretarias de Agricultura dos Estados, Ceasas, Bibliotecas, Comissões de Agricultura da Câmara e Senado, além de inúmeras instituições dos setores público e privado.”

No entanto, com o desmantelamento do Sistema Nacional de Abastecimento (SINAC), a partir de 1986, muitas Ceasas brasileiras acabaram ficando totalmente desestruturadas o que levou à precariedade da coleta e tabulação de dados de comercialização.

A eficiência do registro de dados relativos à movimentação de produtos ofertados no mercado atacadista está vinculada, dentre outros fatores, a um processo de uniformização de coleta e processamento de dados. Portanto, diante da desorganização do arcabouço institucional que ora se apresentava, a publicação deixou de ser editada.

4. Cenário Internacional do tema

Na Espanha, anualmente, é produzida pela MERCASA, uma empresa do governo espanhol, uma publicação que tem por objetivo retratar o que acontece em cada um dos segmentos (produção, indústria, distribuição e consumo) que compõem o setor da alimentação no território espanhol.

A publicação, que é realizada desde 1998, tem um de seus capítulos destinado ao informe da situação do setor de Frutas, Legumes e Verduras – FLV. O capítulo possui 80 páginas e descreve a evolução do setor e dos principais produtos ofertados nos mercados atacadistas abastecedores da Espanha. São abordados dados como: os principais produtos produzidos, as principais regiões produtoras, o consumo médio per capita da população, sua evolução de oferta e preços comparados por períodos de um ano.

O objetivo final do relatório é contribuir para uma melhor compreensão da realidade do setor alimentício da Espanha, permitir a interação entre os agentes em todos os elos da cadeia de valor de

cada setor, sendo um forte instrumento de política pública para as tomadas de decisão no desenvolvimento e evolução da cadeia agroalimentar.

Podemos perceber que o trabalho desenvolvido até a década de 1980 no Brasil e o publicado anualmente na Espanha são bastante semelhantes, ambos procuram retratar a realidade do setor hortigranjeiro como uma forma de acompanhamento dos números que envolvem o segmento, com o objetivo de saneamento de gargalos e proposição de aperfeiçoamento de processos que já se mostram exitosos na promoção do abastecimento alimentar da população.

5. Proposição

A proposição do presente trabalho é, portanto, produzir uma conjuntura nacional que aborde o comportamento do comércio atacadista nas centrais de abastecimento nacionais para que o governo federal tenha subsídios para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas com o objetivo de organizar e equilibrar o sistema de abastecimento brasileiro.

6. Vantagens, desafios, ganhos para a sociedade, ambiente e financeiro de se inserir

esse tema na Política Nacional de Abastecimento

O desafio para o presente trabalho está na dificuldade atual de se congregarem e padronizar os dados de um setor que foi totalmente desarticulado em 1986. Situação que levou muitas coisas à obsolescência da estrutura física e a uma falta de norma nas coletas das informações de mercado, como, por exemplo, preço, volume ofertado e procedência dos produtos.

Apesar dessa dificuldade, o acompanhamento do volume comercializado nas centrais de abastecimento nacionais faz-se necessário e importante para a sociedade, uma vez que possibilitará ao governo federal vislumbrar, entre outras situações, o que está acontecendo nas regiões produtoras, detectar as dificuldades de logística de abastecimento da população que podem levar à escassez e aumento de preço dos hortigranjeiros.

A partir do reconhecimento dessa realidade, será capaz, através desses mesmos centros de distribuição, de desenvolver e implantar políticas públicas que façam chegar até o consumidor final produtos de qualidade a preços acessíveis.

7. Considerações Finais

As centrais de abastecimento nacionais estão vivenciando um momento ímpar de resgate de sua importância no contexto nacional de abastecimento. Como grandes centros abastecedores de alimentos para a população, não há lugar mais propício para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que leve à população brasileira alimentos de qualidade, que apoie o produtor rural,

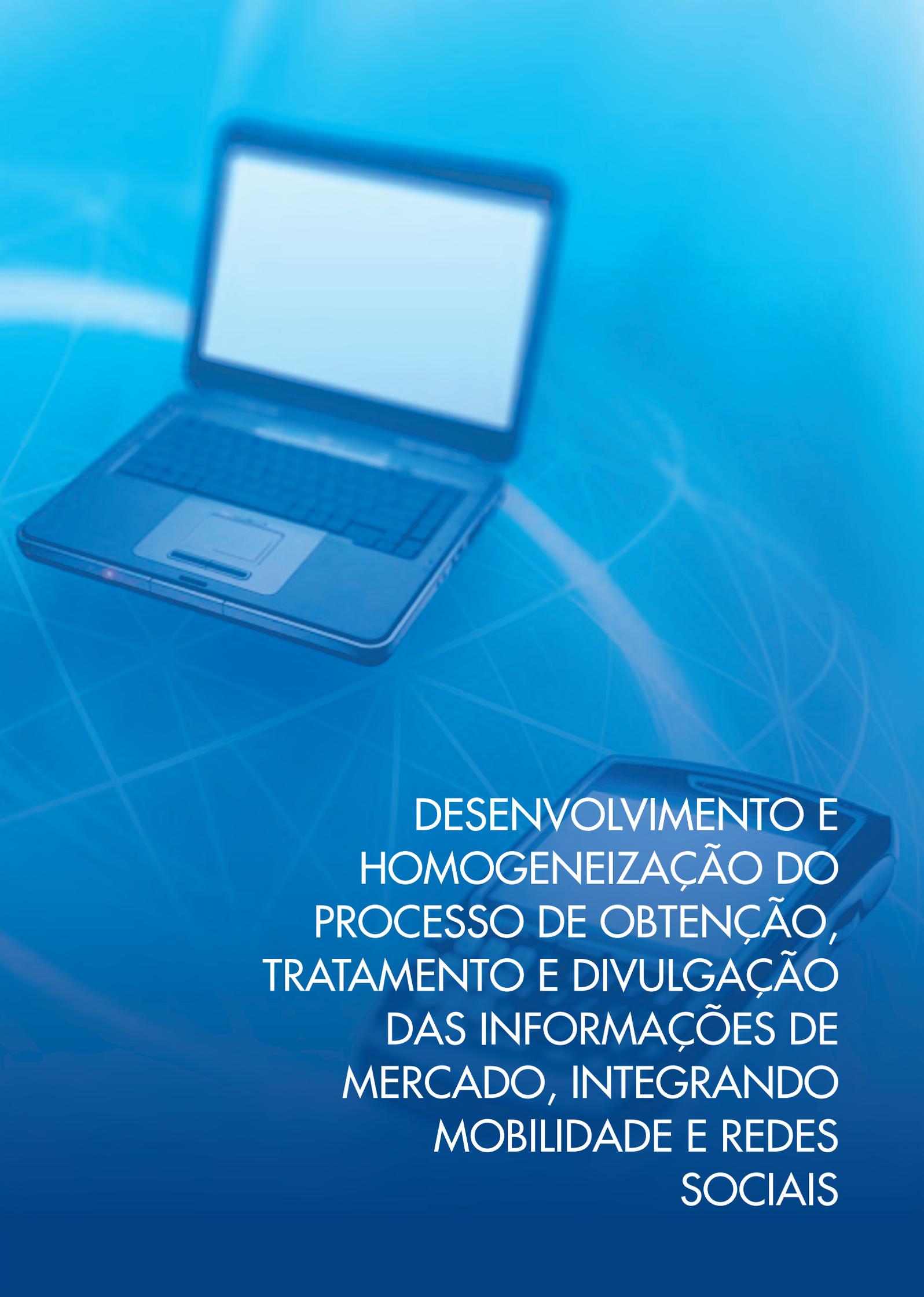
para que ele, além de produzir com técnica e tecnologias modernas, tenha um lugar adequado para escoar a sua produção.

Enfim, são nesses grandes centros que oferta e demanda se cruzam, formando o preço que balizará a negociação entre o comércio varejista e o consumidor final. Para manter o equilíbrio nesse mercado, há que se conhecer o que acontece no mercado atacadista, e só conseguiremos fazê-lo se acompanharmos os desdobramentos que ali ocorrem.

A inserção desse tema, bem como de outros elencados nesse documento, na política nacional de abastecimento, além de representar o resgate e o fortalecimento das ceasas nacionais enquanto agentes promotores de circulação de produtos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades da população brasileira, propiciará ao governo federal assegurar os três pilares fundamentais da segurança alimentar: disponibilidade, acessibilidade e utilização dos alimentos.

Por disponibilidade, entende-se que à população devem ser disponibilizados alimentos de boa qualidade e seguros em quantidade suficiente. Acessibilidade significa dizer que devem ser distribuídos, disponibilizados e comercializados a preços acessíveis. Diante da existência das premissas acima elencadas, o indivíduo terá alimentos suficientes em quantidade, qualidade e variedade de acordo com as necessidades nutricionais de cada indivíduo.

Assim, o país só conseguirá garantir a segurança alimentar a nível nacional se estiver preparado para produzir alimentos que satisfaçam as necessidades da população e se tiver condições de armazená-los e distribuí-los de forma organizada e equilibrada, garantindo um acesso equitativo de todos brasileiros aos mesmos.

The image features a blue-tinted background with a white grid pattern. In the upper left, a laptop is open, and in the lower right, a smartphone is visible. The text is centered in the lower half of the image.

DESENVOLVIMENTO E
HOMOGENEIZAÇÃO DO
PROCESSO DE OBTENÇÃO,
TRATAMENTO E DIVULGAÇÃO
DAS INFORMAÇÕES DE
MERCADO, INTEGRANDO
MOBILIDADE E REDES
SOCIAIS

DESENVOLVIMENTO E HOMOGENEIZAÇÃO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO, TRATAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE MERCADO, INTEGRANDO MOBILIDADE E REDES SOCIAIS

Introdução

A busca pela qualidade dos produtos do campo é prática brasileira reconhecida mundialmente. Modernas técnicas e modelos referenciais são por nós adotados sempre de forma inovadora proporcionando diferencial competitivo e colocando o Brasil ao lado ou à frente de países tradicionalmente exportadores.

Não obstante o sucesso de diversos produtos do agronegócio brasileiro, em sua maioria referentes às culturas em forma extensiva de produção, as culturas produzidas em propriedades de pequenos e médio porte, em formato pluralizado de culturas produtivas, normalmente relativas às frutas, legumes, verduras, flores e plantas ornamentais e as pequenas agroindústrias, com raras exceções (frutas e somente em algumas regiões do país), não dispõem de mesmo *status* na pauta agrônoma brasileira. Não que esses produtos não se insiram em um mercado forte e em ascensão, mas, principalmente, pela forma de tratamento que recebem, notadamente na chamada pós-colheita, ainda na zona de produção até a efetivação de sua comercialização, normalmente e preferencialmente, realizada pelas centrais de abastecimento do país, comumente denominadas “ceasas”.

Outra questão de extrema importância é a pouca, ou nenhuma, informação e divulgação dos processos comerciais intrínsecos a essa importante atividade econômica do país.

Nesse contexto, os agentes que compõem a cadeia produtiva de hortigranjeiros, juntamente com consumidores de todo o país, pleiteiam ações que levem à melhoria desse quadro. Processos tecnológicos modernos devem estar presentes desde o plantio até a conclusão de venda ao consumidor final dos produtos. A integração dos processos de produção aos de disponibilização de informações confiáveis e em tempo hábil, como os registros de acompanhamento das fases de comercialização, proporcionará o diferencial para a obtenção da grande evolução pretendida. Sabemos que a pauta dos produtos agrícolas exportáveis, conhecidos por meio de sistemas de bolsas internacionais de mercadorias, alcançaram condições de “commodities agrícolas” justamente por alcançarem padrão e homogeneidade internacional. A confiança no momento da negociação é *conditio sine qua non* para o fechamento de negócios e o conjunto de informações do agronegócio é que pode levar a tal condição.

Importância do Tema

O registro das operações comerciais dos produtos hortigranjeiros, bem como a classificação, padronização e proposição de metodologia única para a observação da comercialização desse tipo de produção, possibilitará conhecer os quantitativos, formatos, origens, preços praticados, faltas e excedentes de produtos, picos de altas e de baixas ofertas, demandas e preços, entre outros. Poderemos entender um mercado extremamente ativo, complexo, dinâmico e diferenciado, propor políticas de apoio e melhorias.

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no desenvolvimento do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort, instituiu uma base de dados estatísticos que, com o fundamental apoio das ceasas brasileiras, integra e recebe dados de comercialização de produtos comercializados pelos principais mercados atacadistas de hortigranjeiros do país. Por esse banco de dados, já conseguimos perceber a grande importância que o complexo de ceasas nacionais representa para a comercialização e abastecimento de produtos para as populações do Brasil. Como referência, somente no ano de 2011, os entrepostos de hortigranjeiros comercializaram mais de 18 milhões de toneladas de alimentos, representando mais de R\$ 20 bilhões.

Alcançar todos os agentes que compõem as inúmeras cadeias produtivas que fazem parte desse elo econômico é um desafio do **Plano Nacional de Abastecimento**, possibilitando a adoção de ferramenta moderna, proporcionando informação qualificada, tempestiva e democratizada, inserindo e dotando de meios competitivos os parceiros da produção do Brasil.

Referências

O principal desafio do sistema ficou vinculado a três requisitos críticos para o sucesso do projeto e a integração de todas as unidades com segurança, agilidade e custos justos. O primeiro requisito diz respeito à **CONNECTIVIDADE**. Consiste em permitir que a unidade integre ao sistema através de uma conexão segura e pouco onerosa, convergindo para se utilizar a Internet como meio de conexão, possibilitando a popularização e redução constante no custo de acesso em comparação aos onerosos links dedicados.

O segundo ponto é a **PORTABILIDADE**. O sistema deve ter poucas exigências na configuração de equipamentos e sistemas, e, novamente, a solução convergiu para utilização da **WEB**, ou seja, o sistema para sua operação nas unidades assistidas utiliza como interface apenas o navegador de internet que reduz os investimentos em hardware, software e licenciamento.

Concluindo o tripé, a preocupação com a SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. Através da arquitetura adotada, as informações ficam centralizadas em servidores estratégicos que permitem um elevado nível de segurança, tratamento, integração e disponibilidade dos dados.

Proposta

Adoção e integração por todo o conjunto das centrais de abastecimento do país ao Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB/PROHORT. Esse banco de dados estatísticos é alimentado, exclusivamente, pelas centrais de abastecimento do país. É hospedado na CONAB e disponibilizado o acesso a todo o conjunto da sociedade civil brasileira.

A base de dados já é uma realidade, abrigando a maioria das centrais do país. É possível visualizar mais de 75% da comercialização de hortigranjeiros que é realizada nesses entrepostos. Estima-se que em torno de 40% a 50% do que é produzido nesses tipos de culturas no país, perpassam pelas ceasas. Dessa forma, é significativo e ótimo referencial os dados prospectados por esse banco de dados.

Pretende-se alcançar 100% de integração dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, aumentando o nível de confiança e assertividade das informações do setor.

Por meio do endereço WWW.CEASA.GOV.BR OU WWW.PROHORT.GOV.BR o cidadão consegue visualizar o Portal Prohort e, assim, acessar diversas informações do mercado, além da base de dados estatísticos.

RESUMO DA PROPOSTA:

- Estender o alcance da ferramenta a todas as Unidades da Federação que abriguem entrepostos de abastecimento, em versão tecnológica atualizada (versão 2.0);
- Capacitação dos agentes das Ceasas nacionais para a captação, inserção, operação e análise de dados;
- Disponibilização de metodologia padrão para a comunicabilidade e entendimento nacional e internacional da comercialização de produtos oriundos do campo e comercializados pelas Centrais de Abastecimento do país;

- Integração e interação do sistema com os demais órgãos apoiadores, fiscalizadores, entidades de pesquisa e fomento e outros que possam ajudar ou se beneficiar das informações do Sistema Simab/Prohort;
- Formalização dessa base de dados como ferramenta oficial dos governos federal, estaduais, distrital e municipais para pesquisa e referenciamento nas operações de aquisição governamentais.

The background features a dark blue gradient with several bright, diagonal light streaks in shades of blue and green, creating a sense of motion and technology.

INOVAÇÃO,
TECNOLOGIA E
GOVERNANÇA
COMO INDUTORES
DA MODERNIZAÇÃO
DA GESTÃO

INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E GOVERNANÇA COMO INDUTORES DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

No atual contexto das centrais de abastecimento brasileiras, pós Sinac (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), predominam iniciativas singulares em todos os aspectos de gestão e estruturação. São empresas constituídas nos mais diversos modelos societários, administradas pelos governos federal, estaduais, municipais, autarquias, organizações de interesse público ou iniciativa privada, existindo casos como o de Minas Gerais, onde existem áreas com gestão compartilhada entre os governos federal e estadual.

A inovação e a tecnologia dentro das organizações se tornaram recursos estratégicos capazes de gerar vantagens competitivas e diferenciais de mercado. Assim como as boas práticas de governança, têm o objetivo de aumentar a transparência perante a sociedade e atrair novos investimentos.

Neste contexto, a inovação e a tecnologia da informação devem ser ferramentas que aprimorem eficácia e competitividade ao setor. Para tal, é relevante a eliminação de etapas na evolução dos negócios, reduzindo disparidades e atuando no acesso às informações e conhecimentos. Assim, contribui-se para uma oferta equilibrada à demanda de alimentos saudáveis e a preços justos.

Para a construção deste cenário, é fundamental o posicionamento do Ministério da Agricultura, no sentido de catalisar e integrar esforços e iniciativas entre as Ceasas, com apoio das entidades Abracen – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento e do PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro. Dessa forma será preenchida a lacuna resultante da extinção do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento. A obtenção de uma convergência no setor possibilitará a unidade de soluções e pesquisas, fortalecendo os interesses comuns.

O desenvolvimento e compartilhamento de recursos tecnológicos capazes de aprimorar a gestão, elevar a eficiência e logística nos entrepostos, crescer segurança, capacitar agentes e difundir informações e conhecimentos são fundamentais para a evolução das Ceasas.

Para cumprir esta visão, a área de tecnologia da informação e inovação está inserida num cenário bastante favorável, com a capilarização e universalização dos meios de comunicação, permitindo acesso à internet para a grande maioria das pessoas, incluindo as zonas rurais e populações de todas as faixas de renda, com o uso de uma diversificada gama de tecnologias como: telefonia fixa e móvel, satélites, redes de fibra ótica, redes sem fios, internet pública, centros de inclusão digital.

Concomitante a uma queda crescente no custo dos instrumentais tecnológicos, como computadores, impressoras, notebooks, netbooks, smartphones, torna-se mais viável essa utilização. Ademais, os dispositivos móveis, que, aliados à possibilidade de desenvolvimento e utilização de softwares livres e à disponibilidade desonerada de aplicativos para utilização de telefonia por IP (protocolo de internet) e vídeo conferência, possibilitam uma elevada interatividade entre os atores.

O número de usuários de internet no mundo atingiu a marca de 2 bilhões, o que representa 30% da população, segundo dados divulgados pela UIT (União Internacional de Telecomunicações), órgão ligado à ONU (Organização das Nações Unidas).

No Brasil, há cerca de 41 milhões de usuários ativos de internet, levando em conta as pessoas que usaram a rede ao menos uma vez no mês de casa ou do trabalho. Os dados são do Ibope Nielsen Online. O mercado de telefonia celular também atingiu a marca de 5,28 bilhões de usuários. De acordo com Hamadoun Toure, presidente da UIT, em 2000 havia apenas 500 milhões de pessoas com celular. No fim de 2009, 4,66 bilhões de pessoas tinham acesso a essa tecnologia.

Dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) indicam que o Brasil encerrou 2010 com 202,94 milhões de linhas de celular. Isso significa que há mais celulares do que habitantes no Brasil. Isso porque o último censo populacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, apontou que o país tem 190,7 milhões de habitantes.

Das 27 unidades federativas, dez ainda não ultrapassaram a marca de um celular por habitante. A maior parte está na região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí), seguida da Norte (Acre, Amazonas, Pará e Roraima). Investigação patrocinada pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola com participação do MIT - Massachusetts Institute of Technology, nos anos de 2010 e 2011, que abordou o tema “Ferramentas tecnológicas de mobilidade para aumentar a eficácia do pequeno agricultor da América Latina”, aplicada na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, demonstra que a região está estruturada em estrutura de mobilidade e que os pequenos agricultores têm uma demanda reprimida por informações estratégicas que orientem a formação de preços e melhor opção para comercialização da sua produção.

O que corrobora o conceito que a estrutura existe e o que falta é o investimento nos instrumentos de coleta, tratamento, divulgação e capacitação para utilização das informações, pois no Brasil 60% da população rural tem acesso a telefonia móvel. Interpretando artigo publicado por Benjamim Salles Duarte (2007), aprendemos que o grande desafio da agricultura está em aprimorar os ganhos de produtividade com responsabilidade socioambiental, incrementando recursos tecnológicos e metodologias que conduzam à eficácia na produção, transporte, embalagem, comercialização, capacitação e informação.

Porém, a modernização do sistema atacadista de distribuição de frutas e hortaliças encontra dificuldades pela falta de recursos públicos, financeiros e técnicos. A precariedade nas estruturas de transporte onera e dificulta os deslocamentos no meio rural, tornando-se fundamental a utilização de uma estrutura tecnológica e de comunicação, como fonte difusora de conhecimento e inovação.

Tal investimento seria plenamente justificado, através do desenvolvimento e universalização da qualidade e sustentabilidade na produção de hortigranjeiros. É fundamental, pois, levar a tecnologia para dentro das porteiras, rompendo com um dos principais gargalos na produção, sobretudo para a agricultura familiar e do pequeno produtor de alimentos. A tecnologia proporcionará a otimização do seu tempo comprometido na logística ainda precária no meio rural e contribuirá para padronização, classificação e embalagens, facilitando a rastreabilidade dos produtos.

Ser uma fonte disseminadora de informações de qualidade é, historicamente, um dos principais compromissos das centrais de abastecimento brasileiras, em suas quatro décadas de existência, com toda a cadeia do abastecimento; produtores; transportadores; atacadista; varejistas e toda a sociedade. A tecnologia se mostra como o meio para reduzir a assimetria em seu acesso, não excluindo a importância das demais fontes de proliferação do conhecimento, como extensão rural; dias de campo; mídias especializadas, como jornal, revista, rádio e televisão.

Aos gestores de Ceasas, com apoio de entidades ligadas à sociedade e aos governos, cabe intensificar seu papel no fomento e na evolução da tecnologia e da inovação aplicadas ao setor de abastecimento brasileiro, cientes de sua importância para a sociedade nos aspectos como saúde, segurança alimentar, inclusão digital, geração de emprego e renda, distribuição de alimentos e capacitação profissional.

Elaborando uma estratégia nacional para alcançar metas evolutivas do setor, através da utilização de ferramentas de governança corporativa e ações como implementação de políticas públicas para o setor, viabilização de recursos públicos e de entidades, como Organização das Nações Unidas – através da FAO, planejando investimentos complementares, parcerias público-privadas, cooperação técnica com universidades e institutos de pesquisa, divulgando a importância do setor para a sociedade, e incluindo suas demandas nos programas macroeconômicos de desenvolvimento, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, implantado no final do segundo mandato do Presidente Lula.

Notório é que, nas áreas onde o governo conferiu prioridade política e concentrou investimentos, os retornos foram extremamente favoráveis para toda a sociedade. Com o reconhecimento mundial, como na expansão da fronteira e produção agrícola, nas tecnologias

empregadas pela Receita Federal para a elaboração e entrega da declaração anual de imposto de renda, nos centros de inclusão digital – telecentros e na informatização do processo eleitoral.

E o setor de abastecimento alimentar de hortigranjeiro, representado pelas Ceasas, carece deste investimento e mobilização, para que possa cada vez mais cumprir seu papel, como a criação de um banco de dados nacional com as informações sobre o abastecimento, que vai demonstrar toda a potencialidade deste setor que supre com alimentos de qualidade as principais cidades brasileiras, hospedando mais de 10 mil empresas que geram 200 mil empregos diretos na comercialização de 16 milhões de toneladas de alimentos, proporcionando um movimento financeiro na ordem de R\$ 20 bilhões no ano de 2011.

Este empreendimento possibilitará a fundamentação da base de informação e inovação para sustentar a necessidade e importância para o desenvolvimento de iniciativas nos diversos campos do conhecimento, para o aprimoramento da atividade com o planejamento da produção e da comercialização, geração de emprego e renda para o pequeno agricultor e segurança alimentar para todos os brasileiros.



COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
ENTRE OS MERCADOS
ATACADISTAS

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE OS MERCADOS ATACADISTAS

Segundo a FAO, *Food and Agriculture Organization*, até o ano de 2050 a população mundial chegará aos 9 bilhões. Um número que impressiona e até assusta os atuais líderes mundiais. Mais pessoas no planeta significa maior pressão sobre os recursos naturais como minérios, madeira, água e principalmente os alimentos. Atualmente o planeta possui uma população de 7 bilhões de pessoas sendo que o maior acesso ao alimento da população de países como China, Índia, Rússia e Brasil fez com que o preço dos alimentos subissem de maneira expressiva no mundo. Pressões como essas podem causar insegurança alimentar em países de baixa renda, além de aumentar o número de famintos no mundo.

No passado, diversos países da Europa refizeram as suas políticas de abastecimento para que a população não sofresse com as possíveis altas do preço ou até mesmo a falta desses produtos para a sua população. Programas para produção alimentar e reestruturação dos mercados atacadistas e até varejistas foram ações fundamentais. Em países como Portugal e Espanha foram criadas empresas do governo federal como o Simab e Mercasa respectivamente que são responsáveis pela criação e administração dos mercados atacadistas e em alguns casos varejistas, como feiras por exemplo, visando o fortalecimento e a garantia do abastecimento em seus países. Já na França -há a federação de mercados atacadistas que articula ações nacionais de abastecimento. De forma semelhante no Brasil, na Itália há a associação dos mercados atacadistas, a *Mercati Associati*, instituição que coordena ações nacionais para o mercado de abastecimento. A China recentemente começou a construção de seus novos mercados atacadistas que são dinâmico e modernos.

Portanto, devido a experiência que alguns países europeus já possuem nas articulações de políticas públicas voltadas para o setor de abastecimento além do emprego de novas tecnologias principalmente nos mercados atacadistas chineses, é importante que o Brasil possua uma agenda de cooperação técnica com esses países na busca de uma moderna política de abastecimento nacional. Nessa cooperação internacional espera-se intercâmbios entre os técnicos dos mercados atacadistas buscando legislações e ferramentas que atendam aos mercados brasileiros e fomento de exportação e importação de produtos e tecnologias. Os pontos principais que se pode buscar nessa cooperação é de conhecer a política nacional de abastecimento de cada país tanto na produção quanto na distribuição, políticas de segurança alimentar, fomento a qualidade, gerenciamento de resíduos nos entrepostos, capacitação da cadeia agroalimentar, cadeia de frio, logística de perecíveis e linhas de investimentos.

A young man with curly hair is shown in profile, looking intently at a laptop screen. The scene is dimly lit with a warm, orange-red color cast. The background is blurred, showing what appears to be a desk or office environment. The text is overlaid in the bottom right corner.

UNIVERSIDADE
CORPORATIVA E
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PARA A CAPACITAÇÃO
DOS AGENTES

UNIVERSIDADE CORPORATIVA E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PARA A CAPACITAÇÃO DOS AGENTES

1 - Introdução

A partir do Programa Estratégico do Desenvolvimento de 1970 e o I Plano de Desenvolvimento (1972) do Governo Federal, estabeleceu-se como prioridade a implantação de centrais de abastecimento atacadistas destinadas à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, nas principais cidades de cada Estado, formando o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, cabendo a sua gestão à Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, fundada em 1962, pelo presidente João Goulart.

Em articulação com os estados e municípios, foram implantados, no âmbito do SINAC, 21 empresas denominadas de centrais de abastecimento, as Ceasas, incluindo 34 Mercados Atacadistas Urbanos, 32 Mercados Atacadistas Rurais e diversos mercados varejistas de portes variados, em centros urbanos de grande e médio porte.

Ainda na década de 70, durante a presidência do Dr. Mário Ramos Vilela na COBAL, oriundo da extensão rural, depois presidente da EPAMIG e que colocou para funcionar a mais bem sucedida experiência de CEASA do Brasil, a CeasaMinas, foram criados o Departamento de Centrais de Abastecimento - DECEN (1974) e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH (1977). O DECEN exercia a coordenação do sistema nacional, treinando e capacitando os colaboradores e agentes do setor através do CDRH, com a estreita colaboração técnica da FAO, até a extinção do SINAC, em 1988, e transferência pela COBAL de sua participação acionária nas Centrais de Abastecimento para o Governo Federal, que as distribuiu a estados e municípios.² Assim perdeu-se a perspectiva sistêmica do programa da proposta inicial da década de 70, que, baseado no modelo espanhol (Mercasa), previa o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços.

Todavia, não há como negar que o programa gerou benefícios para o produtor e consumidor, com impacto qualitativo e quantitativo nos segmentos de produção e comercialização. De acordo com o processo de modernização da agricultura brasileira, o SINAC definiu e impôs padrões e normas técnicas na ausência de um padrão estruturado de mercado.

Assim, o SINAC estabeleceu normas de embalagens, informações de mercado, técnicas de produção e formatos organizacionais, produtivos e comerciais e, sem dúvida, logrou uma

transformação do sistema produtivo brasileiro de produtos agrícolas perecíveis, principalmente frutas e hortaliças. Hoje, é impossível ensinar e aprender sobre comercialização e mercado de produtos hortigranjeiros no Brasil sem levar em conta a experiência das centrais de abastecimento, seus equipamentos, gestores, colaboradores, agentes comerciais e produtores integrados ao sistema.

Depois de um longo período de um exagerado “laissez faire” quando as CEASA’s do país, com raríssimas e pontuais exceções, apenas sobreviveram durante cerca de 15 anos de “salve-se quem puder” e esquecimento do poder central, finalmente foi instituído o PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, através da Portaria 176, de 24/03/2005, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo ministro Roberto Rodrigues, que estabelece em apenas quatro artigos novamente a perspectiva sistêmica do setor.

O fato de ainda não haver funcionado a contento é apenas um detalhe, que foi mais uma questão de entendimento da CONAB, que, além de não ter mais especialistas no setor em seus quadros, ainda colocou a operação do PROHORT no 4º nível hierárquico da empresa. No entanto, o PROHORT é o caminho para a ideia de capacitação, treinamento e reciclagem do público envolvido, que pressupõe o retorno obrigatório de uma visão sistêmica das centrais de abastecimento brasileiras, dando a possibilidade de organizar um polo permanente de treinamento em um ambiente (laboratório) de constante mudança, com otimização de procedimentos.

A universidade corporativa é o caminho para consecução desse objetivo? A Universidade Corporativa Empresarial definitivamente não é uma universidade, pois não é uma instituição acadêmica com suas características inerentes. Seria uma nova denominação dos chamados Centros de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos de grandes empresas?

O termo é atribuído a Jeanne Meister, que define como “um guarda-chuva estratégico para o desenvolvimento e a educação de funcionários, clientes e fornecedores, buscando otimizar as estratégias organizacionais, além de um laboratório de aprendizagem para a organização de um polo permanente de treinamento” (Meister, 1999, p.8).

De qualquer forma, os conceitos básicos de universidade corporativa são muito bem adequados à ideia de educação e treinamento no sistema de Ceasa’s, já que para Meister (op.cit.), o conhecimento e as qualificações das pessoas “só são adequadas durante um período, depois do qual precisamos reabastecê-las para competir na economia global do conhecimento”, além do que deve haver “interferência direta das empresas nas instituições educacionais formais, com o intuito de impor conteúdos e práticas mais conectadas às suas necessidades, que exigem atualização constante dos conhecimentos”.

2 - Importância do tema

Segundo levantamentos do Prohort, o “sistema Ceasa” constitui-se de 57 entrepostos atacadistas, pertencentes a 35 pessoas jurídicas, situadas em 21 estados brasileiros, com uma comercialização estimada em cerca de 15 milhões de toneladas de produtos hortigranjeiros, que corresponde a aproximadamente R\$ 21 bilhões o faturamento anual do setor. Poucos setores no Brasil têm um faturamento deste porte, o que sugere uma importância econômica maior do que muita gente supõe.

Em termos de aprendizado específico, capacitação e treinamento, o setor de CEASA's regrediu, inclusive com a perda de parte do acervo técnico-operacional e parte da memória viva representada pelos técnicos com conhecimento do sistema.

No caso do antigo sistema SINAC, constatávamos que os melhores técnicos eram “formados” dentro do mercado, na vivência do dia a dia, ecléticos e das mais variadas formações originais: engenheiros agrônomos, engenheiros civis, economistas, administradores, advogados, matemáticos, etc. que revelavam que tinham aprendido no próprio mercado, pois o ensino da faculdade não bastava. Por outro lado, raros exemplos poderiam ser citados de cursos universitários que aproveitam o mercado como um meio de treinamento e aprendizado. O fato de uma CEASA, por exemplo, ser um imenso “laboratório” onde pode ser efetuadas um sem número de pesquisas não bastou para que a universidade formal, pública ou privada, a usasse com tal. Localização, dimensionamento e construção de mercados; operação e gestão de mercados públicos atacadistas e varejistas; organização da produção para o mercado são 4 exemplos de conhecimentos aprendidos, embora pouco sistematizados, e que estão prestes a se perderem totalmente.

A saída, por sinal, de duas vias seria trazer a escola para dentro das Ceasa's e, ao mesmo tempo, levar as CEASA's até as instituições educativas, tornando seus currículos mais relevantes para as necessidades do sistema. Como qualquer outro setor, o diferencial decisivo de competitividade reside no nível de capacitação de seus funcionários e agentes diretamente ligados e, até mesmo, dos membros das comunidades onde atuam.

Portanto, a ideia da universidade corporativa vem ao encontro dos anseios do sistema de centrais de abastecimento, defendendo que as empresas interfiram diretamente nos currículos das instituições educacionais, que deverão formar seus alunos para atender ao mercado, pois a chave do sucesso está na educação e a importância de se trazer a escola para dentro das empresas.

O sistema de CEASA's, ao criar uma universidade corporativa, estaria desenvolvendo pesquisas e ações para obter respostas para as suas atividades-fim, ou seja, estariam procurando treinamento e desenvolvimento para seus profissionais nos assuntos de seu interesse operacional e estratégico. Por

sua vez, a educação a distância poderá ser uma grande arma de divulgação e consolidação da proposta da universidade corporativa, podendo formar parcerias com entidades educativas públicas e privadas e universidades tradicionais, visando à instituição de novos modelos práticos educacionais, inclusive com a criação de programas de pós graduação "lato sensu" reconhecidos pelo MEC e ensino a distância.

3 - Referência Nacional

Na falta de referências específicas mais diretas, o projeto das escolas profissionalizantes da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC é um exemplo de habilitação técnico-profissional que contempla conhecimentos teóricos e práticos na área de mercado e comercialização agrícola dentro de alguns cursos técnicos oferecidos para os jovens do Ceará.

As Escolas Estaduais de Ensino Profissional - EEEP do Ceará

O objetivo da Escola de Educação Profissional é integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica, através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em protagonismo juvenil.⁵ As premissas da escola profissional são o protagonismo juvenil, formação continuada, atitude empresarial, corresponsabilidade e replicabilidade, apresentando inovações em conteúdo, método e gestão.

As Escolas Estaduais de Ensino Profissionais fazem parte de um projeto cearense de ensino médio profissionalizante. Está prevista a construção de 140 escolas distribuídas em todo o estado, com 86 em funcionamento até o momento, com previsão de 29,5 mil alunos matriculados em cerca de 50 cursos.

Localizadas em municípios sedes regionais, oferecendo ensino médio de três anos, com aulas de 7:00 as 17:00 horas, três refeições, para jovens a partir de 15 anos, com matérias normais de ensino médio mais conteúdo de matérias profissionalizantes, com estruturas físicas modernas, com laboratórios, auditório, biblioteca, ginásio e equipamentos modernos de TI.

Os cursos oferecidos, além de cursos tradicionais como enfermagem, cabelereiro, comércio, informática e edificações, também contêm cursos de petróleo e gás, metal, mecânica, mineração, agroindústria, floricultura, fruticultura, aquicultura e agronegócio. Todos os cursos têm estágio curricular obrigatório remunerado pelo Estado de seis meses.

Os cursos de agronegócio são, na verdade, cursos de gestão do agronegócio, com disciplinas curriculares de conhecimento dos principais agronegócios potenciais, administração do negócio, cooperativismo, projetos e comercialização e mercado.

Curso TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO (1.200 horas)

- Aplica técnicas de gestão e de comercialização que visem o aumento da eficiência do mercado agrícola e agroindustrial.
- Identifica e estuda os segmentos das cadeias produtivas do setor agropecuário.
- Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços.
- Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Auxilia a organização e execução de atividades de gestão do negócio rural.
- Gerencia setores de produção, comercialização e mercado de empreendimentos privados e coletivos do agronegócio (cooperativas, associações, etc).
- Elabora projetos, estudos de mercado e planos de negócio de empreendimentos do agronegócio.
- Os Técnicos do Curso de Agronegócio têm possibilidades de atuação como empreendedores, em propriedades rurais, empresas produtoras, empresas comerciais, 6 estabelecimentos agroindustriais, cooperativas, associações e condomínios rurais, empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, mercados atacadistas e varejistas e sistema CEASA`s.

São objetivos do Ensino Médio, conforme Artigo 35 da Lei 9394/96:

- Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- Oferecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com prática, no ensino de cada disciplina.

No que se refere à educação profissional, o objetivo geral da proposta é de preparar profissionais técnicos de nível médio, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico para aplicar métodos de comercialização de bens e serviços.

O curso de nível médio de técnico em Gestão de Agronegócios tem como objetivo geral o estudo dos agronegócios e suas cadeias produtivas nos aspectos de organização, gestão e mercado com uma visão sistêmica, formando profissionais com base para atuar em vários setores das cadeias de agronegócios, principalmente na organização, gestão e mercado dos agronegócios e seus produtos.

Os objetivos específicos do curso de agronegócios são o estudo e conhecimento de conceitos teóricos e práticos de:

1. Introdução ao Agronegócio: a importância do agronegócio para o Brasil, Nordeste e Ceará. Conceito e abrangência de Agronegócio. Agronegócios potenciais do Ceará. Agricultura familiar e empresarial. Agricultura irrigada e agricultura de sequeiro. O empreendedorismo no agronegócio.

2. Organização das cadeias de produção: a identificação dos segmentos das cadeias produtivas do setor agropecuário e sua importância. Características das organizações. Propriedades rurais. Empresas comerciais. Estabelecimentos agroindustriais. Cooperativas. Associações. Condomínios.

3. Gestão do negócio rural: princípios gerenciais. Planejar, Desenvolver/Aplicar, Controlar e Corrigir - PDCA. Sistemas de produção. Legislação. Possibilidades de organização da produção coletiva. Contratos agrários e aquícolas. As técnicas de gestão e de comercialização que visem o aumento da eficiência do mercado agrícola e agroindustrial. Ferramentas da informática aplicadas à organização e gestão de empresas rurais;

4. Cooperativismo. Curso de cooperativismo. Possibilidade de cooperação técnica com a OCB-CE-SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem em Cooperativismo do Estado do Ceará, para realização de curso de cooperativismo (24 a 40 horas).

5. Marketing aplicado ao agronegócio: ações de marketing, características dos mercados do agronegócio. Nichos de mercado. Comercialização de novos produtos e serviços.

6. Agronegócio e meio ambiente: noções de auditoria, perícia e gestão ambiental. Avaliação de impacto ambiental. Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Relatório de

Impacto Ambiental - RIMA.

7. Desenvolvimento econômico e agronegócio: principais indicadores mundiais. Indicadores brasileiros, regionais e do Ceará. Comércio internacional, exportações e importações. Barreiras tarifárias e não tarifárias.

8. Organismos públicos e agronegócio: atuação dos órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais e o setor do agronegócio. O papel dos órgãos públicos, privados e organizações não

governamentais na produção e comércio. A assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Fiscalização sanitária e ambiental.

9. Certificação agrícola: importância das certificações nacionais e internacionais para o agronegócio. Selos de qualidade. Indicação geográfica - denominação de origem. Produção orgânica x produção convencional. Agroquímicos. Resíduos. Organismos geneticamente modificados. Fogo, solo e água. Comércio justo (Fair Trade) e as condições de trabalho.

10. Mercado e comercialização do agronegócio: conceito de mercado. As características dos mercados, cadeia comercial e logística. Mercado global. Mercado regional. Mercado local. Canais de comercialização. Custos de transporte (Incoterms: SIF,FOB).

Mercado expedidor. Mercado atacadista. Mercado varejista. Sistema CEASA's brasileiro.

11. Custos de produção e análise de rentabilidade: elaboração de planilhas. EXCEL aplicado a custos, controles e viabilidade técnica. Aspectos financeiros e econômicos e os principais indicadores de viabilidade. A necessidade da sustentabilidade em agronegócio.

12. Elaboração de projetos: Técnicas de elaboração de projetos de implantação e melhoria de empreendimentos rurais. Planos de negócio para a viabilidade do agronegócio. Principais linhas de crédito para a agricultura (BNB, BB).

4 - Referência internacional

A demanda internacional por trabalho específico na área de mercado e comercialização agrícola sempre existiu. No tempo em que existia o DECEN – Departamento de Centrais de Abastecimento da antiga COBAL, que continha um grande número de técnicos formados no próprio sistema de CEASA's, todos com experiências de operação e gestão em mercados atacadistas e varejistas em várias unidades operacionais diferentes do país, com graduações variadas e especializações diversas, realizaram trabalhos de consultoria internacional demandados pelos governos de outros países e, principalmente, por organismos internacionais como a FAO. Assim, foram realizados trabalhos técnicos de consultoria por brasileiros em vários países, como: Peru, Equador, Paraguai e Venezuela.

Depois do SINAC, na falta de uma referência do setor público brasileiro, tem levado a contratação direta de técnicos brasileiros para a execução de trabalhos na área de mercado e comercialização, como no caso de Angola. Na verdade, continua a haver demanda de consultoria internacional por causa da experiência brasileira e continua a haver falta de referência no setor público do país.

5 – Proposição

Criar uma Diretoria ou um Departamento específico na CONAB, ou ainda uma Secretaria no Ministério da Agricultura, que tenha condições técnicas e orçamentárias para colocar em prática, em sua plenitude, o PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, de acordo com a Portaria 171 de 24/03/2005, e operacionalizar a Universidade Corporativa - UNICEASAS.

O objetivo da UNICEASAS - Universidade Corporativa do Sistema de Centrais de Abastecimento – seria oferecer treinamentos e cursos técnicos específicos para os colaboradores diretos, agentes comerciais e seus empregados, produtores e suas organizações, técnicos de ATER e outros.

Além de cursos presenciais convencionais, haveriam também cursos customizados, obtendo-se redução dos custos de treinamento convencional e rapidez na formação de mão de obra. Também seria possível organizar cursos de graduação e pós-graduação em parceria com universidades privadas e públicas. Parte da sua estrutura deverá ser virtual, sendo oferecidos cursos on-line, "via WEB".9

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA CUNHA, Altivo R.A. Campos, J. Bismarck. O Sistema de Abastecimento

Atacadista no Brasil: uma rede complexa de Logística. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Portal de Educação

Corporativa. Acessado em 31/03/2007. Disponível em:

<<http://www.educor.desenvolvimento.gov.br/universidades.html>>

MEISTER, Jeanne. Educação Corporativa: a gestão do capital intelectual através das

universidades corporativas. São Paulo: Makron Books, 1999.

MOURÃO, Ivens Roberto de A. Diretrizes de Engenharia e Arquitetura para Equipamentos

de Comercialização de Produtos Hortícolas no Atacado. 2007.

SEDUC/CE. Plano de Curso: Curso Técnico em Agronegócios – Gestão e Mercado.2011

SENGE, P. et al. A Quinta Disciplina: Caderno de Campo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

VILELA, Mário R. O abastecimento e o Setor Público Agrícola. COBAL. 1978.

A close-up photograph of a green leaf, showing the intricate network of veins. The central vein runs vertically down the middle, with smaller veins branching out to the edges. The leaf is a vibrant green color, and the lighting highlights the texture of the leaf surface.

GESTÃO AMBIENTAL
E PRÁTICAS DE
SUSTENTABILIDADE
EM CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO

GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

A atividade desenvolvida pelas centrais de abastecimento gera, como todo empreendimento, impactos sobre o meio ambiente. Além disso, os procedimentos adotados e a própria natureza dos serviços caracterizam as Ceasas como grandes geradoras de resíduos, resultando, em alguns casos, em impactos ambientais significativos.

Atualmente, o Brasil possui uma política ambiental sólida, além de compromisso firmado com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, já que é signatário, dentre outros, da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Essa convenção estabeleceu a Agenda 21, um consenso global e compromisso político, mostrando como os governos, as empresas, as organizações não governamentais e todos os setores da ação humana podem cooperar para resolver os problemas ambientais que ameaçam a vida no planeta.

A gestão ambiental, definida como a administração do uso dos recursos naturais por meio de ações ou medidas econômicas com a finalidade de manter a qualidade desses recursos, leva à economia dos recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos recursos naturais. Uma gestão ambiental adequada resulta em práticas direcionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Sendo assim, é importante que exista nas Ceasas uma política ambiental que estabeleça os objetivos da gestão ambiental e sustentabilidade, tendo em conta as prescrições legislativas e as informações relacionadas aos impactos ambientais significativos, para, dessa maneira, alcançar a melhoria da qualidade de vida no ambiente através da redução ou eliminação dos impactos ao meio ambiente com ações de combate ao desperdício e programas de práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais.

Em grandes mercados varejistas de frutas, legumes e verduras, o tráfego intenso resulta em poluição atmosférica com emissão de poluentes e de ruídos. O consumo de energia e água podem ser elevados devido ao desperdício e mau uso dos mesmos, contribuindo para o aumento do efeito estufa e a redução de recursos naturais no ambiente. No entanto, a geração de resíduos, sobretudo de sólidos, é o destaque quando se trata de impactos ambientais em centrais de abastecimento. Diariamente, são geradas dezenas de toneladas de resíduo, principalmente na forma de matéria orgânica, que, por sua vez, acarretam em problemas de cunho socioambiental, como presença de catadores, abandono de animais domésticos, pragas urbanas.

No Brasil, estima-se que 30% do total de desperdício de alimentos ocorre nas centrais de abastecimento. Além disso, grande parte desse montante é composto de alimento ainda viável para o consumo. As Ceasas a nível nacional têm destinado sua produção de resíduos sólidos para aterros sanitários, o que demonstra a necessidade de adotar medidas com o intuito de minimizar os impactos ambientais causados pelos lixões, como doenças, além de favorecer a redução da poluição do solo, água e ar.

Algumas medidas podem ser adotadas para reduzir e/ou mitigar esses impactos ambientais. Reduzir o consumo de energia com o uso de lâmpadas mais econômicas, controle sensorial de acendimento, fontes alternativas de energia como solar, eólica e, até mesmo, de biodigestores. A lavagem de piso com água pluvial captada ou água tratada em ETE, ou apenas pré-tratada, também é estratégia eficaz.

Por fim, o efetivo gerenciamento de resíduos sólidos, através da reinserção de recicláveis no mercado (logística inversa) e destinação final da matéria orgânica que não seja o aterro sanitário com sua aplicação em biodigestores, termoeletricas, compostagem, ração animal, reduz drasticamente o impacto gerado pelas Ceasas. A gestão ambiental integrada, abrangendo todos os aspectos de degradação ambiental e a adoção de diversas estratégias, pode resultar em pavilhões verdes, aqueles autossustentáveis, levando à quase zero a degradação advinda da atividade de abastecimento de alimentos. Em San Antón, na Espanha, o mercado possui painéis solares para aquecimento da água e fotovoltaicos para geração de eletricidade, sendo um dos únicos pavilhões verdes no mundo.

A atual rede descentralizada de centrais de abastecimento, que se deu com o fim do SINAC na década de 1980, fez com que o sistema nacional de abastecimento atacadista atual possua unidades com diferentes níveis de organização, escala e influência em termos de padrões de qualidade e preço.

Portanto, no Brasil, as medidas de sustentabilidade em centrais de abastecimento ocorrem de maneira dispersa e sem o compartilhamento das mesmas, ou seja, algumas Ceasas implantam práticas sustentáveis sem haver interação com as demais. A maioria das centrais de abastecimento adota programa de redução do desperdício de alimentos através de bancos de alimentos com doação para famílias carentes. No entanto, a coleta seletiva e o gerenciamento de resíduos, bem como o tratamento de efluentes, podem ser vistos em poucas centrais. Em geral, aquelas da região sul-sudeste do país encontram-se mais avançadas na gestão ambiental e práticas de desenvolvimento sustentável.

As particularidades das diversas centrais dificultam a implementação de uma gestão ambiental integrada. Contudo, a existência de um sistema central de gestão ambiental de centrais de abastecimento criaria um fórum de debates de problemas administrativos, financeiros, técnicos e

operacionais no âmbito ambiental. Dessa maneira, haveria a manutenção das atividades de gestão ambiental individualizadas sem desprezar o sentido de integração nacional.

Além disso, muitas práticas envolvem tecnologias novas, atualizadas constantemente, e sua efetiva implantação requer, além de conhecimento técnico especializado, estrutura operacional e logística eficaz, o que não é sempre o caso nas Ceasas. Verifica-se relativa presença do governo como incentivador e orientador do comércio de hortifrutigranjeiros, mas com relação ao meio ambiente as propostas são vagas e pouco formalizadas.

Sendo assim, no que tange à gestão ambiental de centrais de abastecimento, seria im governo, além de subsídios financeiros para a promoção de boas práticas ambientais e do uso racional de recursos naturais, com orientações sobre as singularidades comuns às centrais de abastecimento que as diferencia dos demais empreendimentos. O fato de as Ceasa comercializar em grande quantidade e variedade de alimentos, além de possuírem diversidade de público, como produtores, comerciantes, varejistas, carregadores, torna as práticas de gestão ambiental diferenciadas e praticamente exclusivas.

A publicação de documentos, relatórios e manuais de orientação divulgaria práticas e conhecimento específicos das Ceasas, o que geraria redução de custos com consultorias devido às soluções compartilhadas. Dessa maneira, haveria recomendações sobre, por exemplo, Coleta Seletiva em centrais de abastecimento, Tratamento de Efluentes em Centrais de Abastecimento, dentre outros. Portanto, o acesso e a centralização da informação sobre gestão ambiental em Ceasa seriam documentados e divulgados.

O desafio do sistema atacadista, no Brasil, é o de regular o abastecimento de produtos hortigranjeiros, proporcionando aos agentes produtivos e consumidores, em cada uma de suas unidades, um ambiente de comércio seguro, de promoção de segurança alimentar e de difusão de qualidade e de informações. Nos últimos anos, tem sido relatada forte carência de recursos financeiros e de apoio governamental para alcançar essa meta. A política nacional de abastecimento visa restabelecer o sistema de gestão integrada e abordagem sistêmica através de diretrizes estratégicas que possam articular ações conjuntas.

Pode ser viável a criação de um grupo de trabalho para direcionar a gestão e sustentabilidade em centrais de abastecimento com os seguintes eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; licitações sustentáveis. Além disso, serão prestadas assessorias e consultorias, estimulando a interação do setor com as universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais.

Dessa maneira, serão incluídos no programa os princípios, instrumentos, metas que irão gerir a política e responsabilidade ambiental das centrais de abastecimento no Brasil, para que assim se busque um meio ambiente saudável e equilibrado, em consonância com a política nacional do meio ambiente.



INTEGRAÇÃO DO
PNA A OUTRAS
POLÍTICAS
EXISTENTES COMO
FORMA DE DAR
AGILIDADE À
GESTÃO DAS
CEASAS

INTEGRAÇÃO DO PNA A OUTRAS POLÍTICAS EXISTENTES COMO FORMA DE DAR AGILIDADE À GESTÃO DAS CEASAS

O tema Abastecimento no Brasil é da maior relevância uma vez que o país é um grande produtor de praticamente todos os gêneros de produtos provenientes da agricultura, sendo que estes itens têm alcançado constantes avanços nas exportações brasileiras de produtos alimentícios industrializados ou in natura, no caso das frutas, legumes e verduras.

Estabelecer uma política nacional para o abastecimento é de extrema importância para que os agentes que atuam neste cenário encontrem nesta política as diretrizes fundamentais para suas ações, visando, em curto prazo, um entendimento prático das questões relativas ao tema e, em longo prazo, uma homogeneização de procedimentos e condutas para que obtenhamos uma linguagem que tenha um padrão capaz de unificar tais condutas em todo o território nacional.

Os dirigentes brasileiros, nos últimos anos, têm se preocupado em unificar discursos e elaborar políticas nacionais em diversos segmentos da vida da população, o que tem demonstrado resultados positivos, quando essas políticas são adotadas e levadas a sério em todos os níveis de governos espalhados pela federação. Assuntos que se relacionam com o abastecimento mereceram especial atenção do Governo Federal, a partir da divulgação do programa Fome Zero, o mesmo acontecendo em outras áreas que se interrelacionam com a questão do bem estar humano, como o saneamento básico e o correto manejo de resíduos sólidos, temas que possuem total relação com o dia a dia das centrais de abastecimento brasileiras.

Portanto, ao criarmos uma Política Nacional de Abastecimento, temos que orientá-la para que se associe a estes temas já em aplicação no país, de modo que os dirigentes das empresas do setor se beneficiem estrategicamente do conteúdo de cada política ou instrução existente e que isso se reflita em ganho de tempo em suas administrações, bem como em solução de problemas normalmente comuns a todos. Dentre os temas de cunho nacional voltados para a área do abastecimento já editados com sucesso pelo governo passaremos a elencar os principais e suas relações diretas ou indiretas com as atividades das centrais, visando criar um entendimento capaz de agregar os esforços de todos os envolvidos, para, assim, atingirmos um objetivo comum com a maior amplitude possível em um país dividido em cinco regiões, cada uma com suas características específicas, sem, no entanto, entrarmos na discussão de cada um desses itens.

Os mesmos servirão apenas como balizadores de condutas, ou ainda como fonte de consulta e informação, para orientação dos responsáveis pela implantação da Política Nacional de

Abastecimento para que tenhamos um senso comum em nossas ações, nos valendo de um rico material já elaborado, sem a necessidade de criarmos novos.

Lei nº 10.831/2003 – Lei da Agricultura Orgânica

A produção e o consumo de produtos orgânicos vêm aumentando ano após ano no Brasil, por conta das preocupações com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Apesar desse aumento, a participação desses produtos na comercialização total de produtos hortícolas ainda é ínfima. Nesta lei encontram-se parâmetros suficientes para que se possam trabalhar estes produtos, no sentido de incentivar o seu consumo. As centrais de abastecimento podem desempenhar um forte papel neste sentido, abrindo espaço para a divulgação e a ampliação da comercialização dos mesmos, pois, se alimentar-se de frutas e hortaliças já é saudável, consumi-las isentas de produtos químicos será um ganho a mais.

Lei nº 11.326/2006 – Política Nacional de Agricultura Familiar

No tocante a este tema de caráter nacional, a política de abastecimento terá uma vasta afinidade, pois o tema tem um caráter social e de circulação de mercadorias provenientes de pequenos agricultores. Algumas ações já foram iniciadas e estão em desenvolvimento em centrais de abastecimento, no sentido de exercer uma parceria com as cooperativas de produtores, para abri-lhes espaço de comercialização e orientação com foco nos itens II, III e X do artigo 5º da referida lei, como apoio, e com a possibilidade de em médio prazo exercer liderança, no que se refere ao item V do mesmo artigo.

Como dissemos acima, as ações nas centrais poderão ter um caráter social, não sendo descartada a possibilidade de uma relação comercial, uma vez que implicará cessão de área, aproveitamento de galpões, ou até mesmo apoio em construção de espaço adequado para exposição dos produtos.

Lei nº 11.947/2009 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

As centrais de abastecimento podem se estruturar para atuar na capacitação e treinamento de pessoas responsáveis pela compra da merenda escolar em prefeituras, uma vez que a partir da promulgação da lei acima, 30% do orçamento do PNAE deverá adquirir alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, estabelecendo um vínculo direto com o item anterior.

Lei nº 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Esta lei trata da garantia, pelo poder público, à alimentação adequada ao conjunto da população. Para isso, alguns programas sociais, técnicos, laboratoriais, de manuseio e de fiscalização

devem ser estruturados nas centrais de abastecimento, por onde passam em média 60 a 70% dos alimentos frescos que chegam às mesas dos consumidores finais. Para atenderem de forma adequada ao disposto nesta lei, as centrais precisam de recursos materiais e humanos suficientes para fazerem frente a essas necessidades.

Decreto nº 7.272/2010 – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Este decreto regulamenta a lei 11.346/2006 e cria a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo o território nacional. Como no item acima, o tema tem ligação direta com a Política Nacional de Abastecimento a cargo das centrais de abastecimento, porém, as centrais carecem de estruturação e recursos financeiros para assumirem essa tarefa. Emenda Constitucional nº 64/2010 – Alimentação como direito social, garantido pela Constituição Brasileira. Lei nº 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico - PNSB

Lei nº 11.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS

Interligadas, as duas políticas de alcance nacional atingem diretamente as centrais de abastecimento, as quais deverão atender às exigências contidas no escopo dessas leis, por serem grandes geradoras de resíduos orgânicos, efluentes de resíduos, ou de manipulação de produtos. A Política Nacional de Abastecimento terá uma estreita ligação com os temas e proporá caminhos para o sucesso no atendimento às questões já formuladas nas leis. Há centrais, por exemplo, que comportam a construção de uma ETE, Estação de Tratamento de Esgotos, a qual poderá devolver ao sistema, água limpa e em condições para lavagem de ruas e pátios de estacionamentos apenas (água não aceitável para uso de higienização de galpões). Esta ação, somada a abertura de poços artesianos (sujeita a prospecção caso a caso), levará a central a um melhor gerenciamento do seu sistema e a um uso mais racional deste recurso, trazendo sustentabilidade ambiental e econômica.

No tema dos resíduos sólidos, as oportunidades são ainda maiores, pois pelas centrais passam diariamente milhares de toneladas de produtos, dos quais se desperdiça um pequeno percentual (1,5% em média), o que corresponde a milhares de toneladas anuais de resíduos orgânicos que se descartados de maneira inadequada geram gás metano, muito nocivo à atmosfera. A lei trata ainda sobre a questão da reciclagem de materiais, onde se estabelece um novo vínculo com as centrais, pois todos os produtos entregues às mesmas vêm embalados em caixas de madeira, plástico, sacos, ou a granel com palha seca ou papel sendo este um vasto campo de exploração de geração de receitas ou ainda de programas sociais com a organização de cooperativas de catadores dentro das centrais.

Além do fato das centrais deverem elaborar seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos ao mesmo tempo, para garantir maior segurança alimentar no tocante a contaminação de alimentos,

deverão priorizar a utilização de caixas plásticas higienizadas, iniciativa já em andamento em várias centrais.

Novamente encontramos uma ligação entre a PNA e a PNRS, quando esta última trata da logística reversa e da responsabilidade compartilhada pelo retorno do material ao seu fluxo de circulação, tema bastante preocupante para as centrais que já operam com caixas plásticas. Com a implantação definitiva do disposto na citada lei, cada um dos agentes envolvidos no processo (da produção ao consumo final) passará a ser responsável pelo não descarte do material na natureza, e no caso das caixas plásticas, pelo seu retorno ao sistema de comercialização.

Recursos

Acima, temos as vinculações mais evidentes da Política Nacional de Abastecimento a outras políticas em vigor no país com suas obrigações e exigências, porém, a nosso ver, temos também diversas oportunidades que, se realizadas, levariam as centrais a um alto nível de modernização, adequação e de total viabilidade de operação. Para a realização de tamanha tarefa serão necessários recursos financeiros, os quais deverão ser captados através da apresentação de projetos dentro de cada programa, uma vez que em vários deles existe essa possibilidade.

Para esta finalidade, a atuação da Secretaria Nacional de Abastecimento seria fundamental, pois estaria constantemente apoiando as iniciativas, sendo o elo entre as partes tomadora e provedora dos recursos, dando garantias a ambos os lados quanto à qualidade dos projetos e sua aprovação, o bom emprego dos recursos e a sua fiscalização.

Atuaria ainda a secretaria na intermediação das discussões com outros níveis de governo, no que se referir a limitações existentes nas centrais atualmente, como irregularidades imobiliárias, endividamentos de qualquer natureza ou outras questões que viriam a se transformar em óbices para a obtenção de recursos.

Por outro lado, para a aplicação de tais recursos, as centrais, em sua responsabilidade por executar a Política Nacional de Abastecimento, deverão utilizar-se do que a legislação de contratação pública dispõe de mais moderno e que garanta a execução dos serviços com benefícios garantidos para todas as partes envolvidas, com prazos de execução mais dilatados. Cada caso deve ser analisado em separado para adoção do melhor modelo de contratação e gestão do objeto em pauta.

Além das modalidades de contratação usuais da Lei nº 8.666/1993, cujos limites não permitem que haja investimento de terceiros, as centrais poderão lançar mão da Lei de Concessões de Serviços Públicos, nº 8.987/1995, ou ainda a lei nº 11.079/2004 que trata das PPPs, Parceria Público-Privada.

Ambas as modalidades podem ser praticadas em todas as esferas de governo (municipal, distrital, estadual e federal) e implicam investimento de terceiros a serem contratados, com posterior exploração (pelo terceiro) do serviço contratado para remuneração e amortização do seu investimento em prazos de até 25 anos passíveis de renovação.

A Política Nacional de Abastecimento com esta redação visa dar uniformidade às ações de cada responsável pela sua aplicação em cada município ou estado da federação, porém, isto não significa que somente após a sua elaboração, tais ações deverão ser empreendidas, uma vez que em diversos dos programas anteriormente citados há prazos a serem cumpridos.



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO**